

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CAMPUS FREDERICO WESTPHALEN
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO
CURSO DE JORNALISMO — BACHARELADO**

Vicente Giesel Hollas

**Agroecologia: Uma análise acerca da representação do tema
nas pautas de agricultura do portal de notícias da Folha de São
Paulo**

Frederico Westphalen, RS

2021

Vicente Giesel Hollas

Monografia apresentada ao Curso Bacharelado em Jornalismo, da Universidade Federal de Santa Maria, campus Frederico Westphalen (UFSM/FW), como requisito parcial para obtenção do título de **Bacharel em Jornalismo**.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Márcia Elisa Vanzin Boabaid

Frederico Westphalen, RS

2021

Vicente Giesel Hollas

Agroecologia: Uma análise acerca da representação do tema nas pautas de agricultura do portal de notícias da Folha de São Paulo

Monografia apresentada ao Curso Bacharelado em Jornalismo, da Universidade Federal de Santa Maria, campus Frederico Westphalen (UFSM/FW), como requisito parcial para obtenção do título de **Bacharel em Jornalismo**.

Aprovado em 20 de agosto de 2021

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª. Dr^ª. Márcia Elisa Vanzin Boabaid (UFSM/FW) – Presidente da Banca

Prof. Dr. Rafael Foletto (UFSM) – Primeiro Arguidor

Prof^ª. Dr^ª. Marluza da Rosa (UFSM/FW) – Segundo Arguidor

Prof. Dr. Reges Schwaab (suplente)

RESUMO

A agroecologia, para além de um modelo produtivo ecológico, pode ser definida como uma área de estudo, trabalho e estilo de vida baseado em múltiplos fatores. Pautada na valorização da agricultura familiar, do cooperativismo e de circuitos curtos de comercialização, o campo agroecológico luta contra o sistema agrícola dominante, baseado em grandes concentrações de terra, na política de exportação, no uso de agrotóxicos e cultivo de monoculturas. Nesse sentido, em razão do alto grau de atuação dos veículos comunicativos na formação da opinião pública, sobretudo com o advento da internet e as particularidades do *webjornalismo*, este trabalho apresenta o estudo das pautas divulgadas pelo portal virtual da Folha de São Paulo (representante da mídia hegemônica) no intervalo de 20 de dezembro de 2019 a 30 de junho de 2020, de forma qualitativa e quantitativa, observando o emprego dos termos *agroecologia* e *agronegócio* e a construção de sentido que compõem. A análise constatou que a expressão *agronegócio* está presente em um número bem maior de matérias, totalizando 251 ocorrências, enquanto a palavra *agroecologia* aparece em apenas 6 textos do período. Além disso, nas poucas pautas em que essa é tratada como protagonista, várias questões sociais, políticas e econômicas defendidas pela área são pouco exploradas, como a luta pela reforma agrária e contra a concentração de terras e a defesa de um sistema agrícola que reconheça a importância da agricultura familiar e valorize os mercados locais (contrapondo a lógica de exportação). Dessa forma, é possível pensar na ausência de espaços na grande mídia para que haja a construção de uma narrativa justa, que respeite a vontade e a necessidade que representantes da agroecologia têm de contrapor suas ideias aos preceitos do agronegócio. Assim, o imaginário coletivo é, sem dúvida, orientado para conhecer pouco acerca das alternativas ao modelo agrícola dominante.

Palavras-chave: agroecologia – agronegócio – agricultura familiar – webjornalismo – grande mídia

SUMÁRIO

Introdução.....	6
1. Enquadramentos: estratégias de produção midiática.....	12
1.1 Teorias de produção e recepção midiática.....	12
1.2 <i>Webjornalismo</i>	14
1.3 Jornalismo e Publicidade.....	18
1.4 Agricultura na mídia.....	24
2. Agroecologia: princípios básicos.....	29
2.1 Luta pelos direitos humanitários.....	33
3. Agroecologia x Agronegócio na Folha de São Paulo: valor-notícia e enquadramentos.....	47
3.1 Aplicação do conceito <i>agroecologia</i> nas pautas opinativas.....	47
3.2 Demais matérias com o emprego do termo <i>agroecologia</i>	50
3.3 O agronegócio nas publicações do <i>síte</i> da Folha de São Paulo.....	52
3.4 Matérias com o emprego da expressão <i>agronegócio</i>	55
4. Considerações Finais.....	61
5. REFERÊNCIAS.....	64

Introdução

O conceito de agroecologia é construído sob diferentes atribuições de sentido e interpretações, tanto no campo científico quanto no social. Por vezes, a área é considerada apenas uma alternativa à produção agrícola convencional, prezando pela produção de alimentos mais saudáveis para a população, bem como pela preservação dos recursos naturais, tais como o solo e a água.

Contudo, em sua origem, o campo agroecológico é definido por meio de um contexto multifatorial, sendo enquadrado nos âmbitos social, econômico, cultural, ambiental e político. Este significado mais amplo leva em consideração a valorização dos agricultores e agricultoras familiares e dos mercados e culturas locais, além de defender uma economia baseada na cooperação entre as famílias produtoras e na conservação do solo e dos recursos hídricos, aliada a uma postura de proteção da biodiversidade e de interação entre as espécies agrícolas (policultura). Por fim, o envolvimento de movimentos sociais que lutam contra o sistema agrário, político e econômico dominante, contrariando a hegemonia existente nessas esferas e defendendo uma reestruturação geral nos modos de organização e desenvolvimento da sociedade, é considerado elemento essencial na construção de sentido da agroecologia.

A percepção do modo como a agroecologia está sendo abordada pela mídia é fundamental para estimular a reflexão sobre os padrões de representatividade evidenciados ou menosprezados e, também, acerca dos possíveis impactos (positivos ou negativos) de determinadas abordagens utilizadas. Refletir sobre a forma como a agroecologia é pautada nas notícias e reportagens é, por consequência, pensar na maneira com que os diversos temas considerados alternativos, os quais fogem do padrão tido como dominante, são (re)construídos pelos meios de comunicação e qual a influência dessa abordagem sobre o imaginário coletivo.

Dessa forma, mais do que simplesmente avaliar a presença da agroecologia na imprensa, a pesquisa surgiu com o intuito de trazer contribuições relevantes que motivem a luta por um jornalismo mais próximo das causas sociais e de seus atores, por meio da legítima representação de seus ideais e atividades nos veículos midiáticos, o que constitui o seu objetivo geral.

De forma mais específica, além da reflexão sobre os enquadramentos adotados na representação de “temas alternativos”, o estudo pode vir a auxiliar a sociedade no desenvolvimento de uma mentalidade atenta ao processo de produção de sentidos envolvido na construção das matérias jornalísticas. Assim, os indivíduos poderiam identificar, com maior clareza, as diferentes abordagens que um único tema pode receber.

Há também uma motivação pessoal¹, optei pela escolha deste tema por se tratar de uma área que sempre admirei e mantive certa proximidade, dado o fato que meus pais trabalham com assessoria a agricultores familiares agroecológicos. A relação entre sustentabilidade e produção de alimentos é um assunto de extrema relevância ambiental, social e cultural, e que deve, sem dúvida, ter sua abordagem midiática estudada.

O presente estudo seleciona matérias jornalísticas que citam o termo agricultura, do *site* de notícias da Folha de São Paulo², entre os dias 20 de dezembro de 2019 e 30 de junho de 2020. A escolha pelo Grupo Folha se deve ao fato de o veículo ser um dos principais e mais antigos representantes do jornalismo tradicional no Brasil, responsável pela abrangência de um enorme público e, conseqüentemente, detentor de imensa responsabilidade sobre os processos de formação de opinião.

O período de análise, no entanto, foi estipulado sob um cenário global em que a humanidade passou a sofrer com o desenvolvimento de um vírus que provocou, para além da crise sanitária, o agravamento de problemas sociais e econômicos em uma enorme parcela dos países, o que fez crescer a luta contra o desemprego, inflação, dificuldades escolares/acadêmicas e, também, contra a fome e falta de moradia digna. No campo da agricultura, as normas de isolamento social (que se mostraram necessárias para controlar o contágio da doença), dificultaram a comercialização direta de produtos da agricultura familiar, que, de modo habitual, são realizados em feiras específicas, as quais

¹ Peço licença ao leitor para empregar a primeira pessoa do singular, pois trata-se de um registro indispensável para o trabalho.

² www.folha.com.br

permaneceram fechadas por considerável período e geraram grandes prejuízos para as comunidades rurais.

A maior parte dos governantes mundiais, ao menos em tese, reconhece a importância do desenvolvimento sustentável no progresso econômico e social da humanidade e se mostra cada vez mais preocupada com a preservação ambiental e a melhora da qualidade de vida da população (196 países assinaram o *Acordo de Paris*³ e 193 estão comprometidos com a *Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável*⁴). O secretário-geral das Nações Unidas, António Guterres, acredita que a pandemia criou uma “janela de oportunidade rara e curta” que possibilita uma reconstrução ambiental e social mais responsável. Para ele, o investimento no resgate de empresas deve focar na criação de empregos verdes e crescimento sustentável e inclusivo, abdicando da salvação de “indústrias ultrapassadas e poluentes”.

Entre os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estipulados pela ONU, o primeiro e o segundo — Erradicação da pobreza e Fome Zero — estão diretamente ligados à adoção de uma agricultura sustentável, que preze pela garantia da segurança alimentar e nutricional a todas as pessoas e pela redução completa no índice de famílias agricultoras em situação de vulnerabilidade. Nesse sentido, a agroecologia se mostra como uma alternativa viável e capaz de auxiliar no combate aos problemas sociais e econômicos (agravados a partir do surgimento da Covid-19) e também na redução de impactos ambientais, de modo a contribuir com as metas de redução da poluição ambiental e com o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Na presente pesquisa, todas as matérias que de alguma forma versem sobre agricultura serão contabilizadas e, sob critérios de relevância, uma análise

³*Acordo de Paris* é um tratado de cooperação internacional para reduzir as mudanças climáticas. Foi assinado por 196 países em 2015 e tem como principal objetivo combater o aquecimento global.

⁴ A *Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável* é um plano de ação definido pelos 193 Estados-membros da ONU, também em 2015, que definiu 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas para a erradicação da pobreza e promoção da vida digna para todos.

qualitativa aprofundada será aplicada em algumas destas matérias, com base no conteúdo veiculado e na forma com que é abordado. A possível ausência de espaços concedidos à agroecologia dentro deste recorte também será analisada. Nesse sentido, para cumprir com os objetivos propostos, a metodologia a ser utilizada é a análise de conteúdo.

A existência de uma representação contextualizada da agroecologia, que preze pelo caráter transdisciplinar e multifatorial da área será um dos pilares do trabalho. A abordagem das principais “bandeiras” agroecológicas, como o combate ao uso de agroquímicos, aos transgênicos, a defesa da sustentabilidade em seus diversos níveis e o entendimento do modelo como incompatível com o sistema agrícola dominante, também será estudada. Deste modo, o processo de verificação dos recortes apresentados se torna mais concreto, o que facilita a divisão das matérias de acordo com os enquadramentos utilizados e contribui com a compreensão dos motivos que possam guiar a aplicação dos mesmos pelo veículo.

O artigo “A Agroecologia e a mídia: (in)visibilidades, atores e enquadramentos”, desenvolvido por Raquel Paiva e Elaine Azevedo (2017), é um dos trabalhos que versam acerca do modo como a mídia aborda a temática agroecológica. Na pesquisa, as autoras analisaram oito *sites* jornalísticos da região sudeste do Brasil, no período de janeiro a dezembro de 2016. Como critérios de seleção, foram escolhidos *sites* com audiência ampla e presença *on-line* e *off-line* em cada um dos estados do Sudeste, bem como veículos responsáveis pela divulgação de conteúdos diversos e que demonstraram interesse pelas pautas agroecológicas, através da frequência e profundidade com que foram abordadas. Das oito mídias contempladas pelo estudo, foram analisados quatro grandes jornais da região, praticantes do jornalismo tradicional, e quatro veículos classificados como imprensa alternativa.

Paiva e Azevedo concluíram que, em tal recorte, a agroecologia esteve muito mais bem representada no último grupo, de modo que 31,75% das matérias agrícolas estiveram direcionadas para a agroecologia e, na grande mídia, esse percentual foi de apenas 5%. Por meio da análise do conteúdo das matérias selecionadas, as autoras também perceberam um enquadramento bem distinto entre as publicações da grande mídia e da imprensa alternativa, de modo

que a primeira abordou o tema sob um viés distante do contexto social, político e econômico, evidenciando atores e situações específicas, como o surgimento de novas iniciativas e a organização de eventos, e a segunda apresentou, explicitamente, a relação entre as diferentes áreas de conhecimento, responsáveis por, conjuntamente, moldar o desenvolvimento sustentável na perspectiva agroecológica.

Outra relevante pesquisa desenvolvida na área foi a de Francisco Roberto Caporal, José Antônio Costabeber e Gervásio Paulus, intitulada “Agroecologia como matriz disciplinar para um novo paradigma de desenvolvimento rural” (2006). O trabalho dos autores aborda a temática sob uma perspectiva ampla, defendendo o conceito de agroecologia como ciência que reúne uma enorme diversidade de conhecimentos e experiências que permeiam, não somente, as atividades agrícolas, mas também o âmbito sociocultural. No artigo, o principal enfoque está voltado para a contestação do modelo agroindustrial e sua insustentabilidade, (principalmente pela alta dependência de elementos exteriores aos agrossistemas, como combustíveis fósseis, fertilizantes químicos e agrotóxicos) e também para a defesa da agroecologia como uma alternativa a essa situação.

A pesquisa destaca a conexão do modelo produtivo com as realidades socioeconômicas e culturais da sociedade, além de sua adequação às características biofísicas e geográficas de cada região, ou seja, o entendimento da sustentabilidade, nos níveis social, ambiental, econômico, cultural, político e ético, como principal pilar de desenvolvimento rural e socioeconômico (considerado, pelos autores, a base do pensamento agroecológico). Nesse sentido, o estudo a ser desenvolvido pretende verificar como os veículos de comunicação abordam a agroecologia no período atual. Identificar se, de fato, a representação do modelo é realizada sem desprezar seu caráter holístico e sistêmico, sua natureza transdisciplinar.

O presente trabalho será dividido em três capítulos. O primeiro, denominado *Enquadramentos: estratégias de produção midiática*, abordará aspectos relativos à produção e recepção do conteúdo midiático, com evidência, no segundo e terceiro subtítulos, às especificidades do ambiente *on-line* e das matérias sobre agricultura, respectivamente. O segundo capítulo, intitulado

Agroecologia - princípios básicos, terá enfoque nos valores e particularidades dessa matriz de desenvolvimento, com o objetivo de facilitar a compreensão de sua multiplicidade e complexidade e, dessa forma, contribuir no desenvolvimento da análise das matérias sobre agricultura, do portal de notícias *on-line* da Folha de São Paulo, que será realizada no terceiro e último capítulo, com o título *Agroecologia x Agronegócio na Folha de São Paulo: valor-notícia*.

1. Enquadramentos: estratégias de produção midiática

Neste capítulo, serão exploradas as relações entre a mídia, as temáticas abordadas pela mesma, as formas como essa abordagem ocorre e os possíveis impactos na recepção do conteúdo pelo público. Algumas teses acerca da representação da realidade pelos veículos de comunicação, bem como suas divergências teóricas quanto aos efeitos sobre a população, serão levantadas. No subtítulo seguinte serão apresentadas algumas particularidades do jornalismo virtual e do portal de notícias *on-line* da Folha de São Paulo. Na sequência, as relações consolidadas entre os campos jornalístico e publicitário e, por último, a conexão entre todos estes tópicos e a abordagem da agricultura na grande mídia.

1.1 Teorias de produção e recepção midiática

O verbo *enquadrar* é definido, pelo dicionário Luft (2008), como: 1. Colocar em quadro; emoldurar; 2. Incluir; ajustar. Subjetivamente, esse sentido foi adotado pelos intelectuais que estudam o jornalismo para pensar a pluralidade de sentidos construídos em torno de um único acontecimento. Segundo Rogério Christofolletti, em sua obra *Vitrine e Vidraça: Crítica de Mídia e Qualidade no Jornalismo (2010)*, os enquadramentos jornalísticos (*framings*) são formados por meio da seleção, exclusão ou ênfase em determinadas informações relativas à realidade que está sendo representada midiaticamente. De modo geral, o autor define o conceito como a centralização de uma ideia que organiza os acontecimentos segundo perspectivas gerais, compondo eixos de apreciação e entendimento.

A mídia tem o poder de preparar o conteúdo antes desse ser veiculado, podendo abordá-lo de uma maneira ou outra, principalmente quando a identificação do público a ser impactado é mais previsível. Esse poder, ou função desempenhada pela mídia, foi denominado de *priming* e tem a capacidade de, em certa medida, tornar o ambiente social “mais propício ao florescimento de certas visões dos fatos e processos políticos, e não outras”. (CHRISTOFOLETTI, 2010, p. 61).

É importante salientar que o autor não está defendendo a ideia de que os meios de comunicação são capazes de determinar, por si só, o pensamento da população, dado que os indivíduos estão expostos a diversos meios de reinterpretção da realidade em seu cotidiano, por meio de suas ideologias, experiências e conhecimento adquirido. Contudo, também rejeita a hipótese dos efeitos mínimos da comunicação, que define os sujeitos como autônomos para apropriarem-se ou não das mensagens veiculadas. De maneira sintética, a teoria do *framing* está atrelada a percepção de que “os enquadramentos introduzem ou aumentam a saliência ou importância aparente de certas ideias, ativando esquemas que encorajam os públicos-alvo a pensar, sentir e decidir de maneira particular” (CHRISTOFOLETTI, 2010, p. 61, apud ENTMAN, 2007, p. 164).

Os estudos acerca da influência social dos meios de comunicação se intensificaram a partir da década de 1970. Justamente nesse período que surgiram duas das maiores teorias comunicacionais estudadas atualmente: a hipótese do *agenda-setting* e do *framing*. A primeira, criada por Donald Shaw e Maxwell McCombs, afirma que, através da escolha, disposição e incidência de determinado assunto, a mídia é capaz de determinar os temas que o público inclui ou exclui de seu imaginário e discussões cotidianas. Além disso, a importância dada pela população a certo conteúdo é tida como um reflexo da ênfase com que os veículos de comunicação o abordam.

Já o termo *frame* foi introduzido nas ciências sociais e humanas pelo antropólogo e epistemólogo da comunicação norte-americana, Gregory Bateson. O intelectual definiu o verbo *enquadrar* como a delimitação de um conjunto de mensagens que ganham sentido na interação entre os interlocutores. Segundo Bateson, é o enquadramento que permite a distinção entre ficção e realidade. “Qualquer mensagem que explícita ou implicitamente defina um enquadramento dá ao destinatário instruções ou ajudas na sua tentativa de perceber as mensagens inseridas no enquadramento” (BATESON, 1972, p. 188 apud GONÇALVES, 2011, p. 2). O *framing* é nada menos que um aprimoramento da teoria do agendamento, pois reafirma o potencial da imprensa em ditar as temáticas que a população se interessa, contudo, também defende que os meios de comunicação têm o poder de, ao menos em certa medida, regular a maneira como os indivíduos pensam sobre essas temáticas.

Existem divergências teóricas quanto ao grau da influência midiática sobre o público. Alguns intelectuais, como Traquina, consideram que as hipóteses do *agenda-setting* e do *framing* se aproximam da Teoria dos Efeitos Poderosos, por exemplo, a qual defende uma capacidade gigantesca dos *media* penetrarem no imaginário social, sobrepondo-se aos outros meios de influência. Entretanto, outros pensadores, a exemplo do próprio McCombs, as defendem como uma reafirmação da Teoria dos Efeitos Limitados, que concebe a imprensa como mais um instrumento de persuasão dentre tantos que permeiam a sociedade, como a igreja, a política, a escola, entre outros. Assim, o indivíduo construiria sua percepção da realidade por intermédio de diversas e distintas forças sociais, em que a mídia se configura, sem dúvida, como uma delas.

Em meados da década de 1990, um novo modelo de divulgação de informações se popularizou entre os veículos comunicativos e, com o passar dos anos, reinventou as rotinas produtivas da imprensa mundial. Com a convergência midiática e a instantaneidade como principais particularidades, o *webjornalismo* surge para revolucionar os métodos de se fazer e consumir notícias na Era Digital.

1.2 Webjornalismo

O jornalismo enfrenta constantes transformações nos modos de produzir e divulgar conteúdos ao público (de forma massiva) desde os seus primórdios, no século XV. Porém, após o advento da tecnologia virtual e computadorizada, por meio da Terceira Revolução Industrial, o ritmo de tais transformações se mostrou ainda mais intenso. Este contexto deu origem ao mais novo ambiente midiático, definido por estudiosos da área como jornalismo virtual ou *webjornalismo*. O material disponibilizado pelos jornais impressos difere das características de produção audiovisual, que por sua vez diverge do modelo adotado pelas transmissões radiofônicas. Nesse sentido, o *webjornalismo* possui a integração entre as diferentes plataformas midiáticas como uma de suas maiores especificidades, que se manifesta por meio de um espaço de convergência responsável pela disponibilização de conteúdo escrito, sonoro, audiovisual e imagético.

De acordo com Ferreira e Dalmonte (2008), a partir da popularização do universo virtual, surgiu a necessidade de pensar sobre novos critérios de noticiabilidade, que viriam a construir as diretrizes de atuação no ambiente *on-line*, bem como modificar as construções de sentido através das singularidades do *webjornalismo*. Para os autores, as concepções acerca da temporalidade estão sempre presentes nas tradições jornalísticas, já que as produções devem propiciar a inserção do público em um presente global, alinhado com o seu próprio presente. Franciscato (2005, apud Ferreira e Dalmonte, 2008) define cinco categorias que possibilitam a interação temporal entre o conteúdo veiculado e os leitores atingidos. São elas: 1) instantaneidade; 2) simultaneidade; 3) periodicidade; 4) novidade e 5) revelação pública.

Com o objetivo de delimitar as principais características do jornalismo virtual, os autores Bardoel e Deuze (2000), apud Mielniczuk (2001), escolheram quatro propriedades fundamentais: interatividade, customização de conteúdo, hipertextualidade e multimídia. Palacios (1999), apud Mielniczuk (2001), acrescenta o elemento “memória” às características anteriores. (Referindo-se a maior facilidade na disponibilização e acesso a grandes volumes de informações, bem como a conteúdos antigos).

Na adaptação do conteúdo à plataforma digital, uma das características mais marcantes refere-se à associação do valor-notícia ao tempo real. “O mais relevante, na perspectiva dos efeitos de sentido, é a expectativa quanto ao efeito de sentido produzido. O que importa, na verdade, é a criação de uma ilusão de real”. (FERREIRA; DALMONTE, 2008, p. 128). Segundo os autores, uma nova mídia é caracterizada pelo emprego de uma nova estrutura estética, mas também pela interação com os veículos que a precederam. E é essa convergência que tem guiado as experiências jornalísticas na internet, as quais vêm distanciando-se de práticas mais segmentadas, como a do impresso, do rádio e da televisão, para criar um território que contemple todas elas, de maneira organizada. Segundo Ferreira e Dalmonte (2008, p. 132):

O Webjornalismo, pelo uso dos recursos da Web, permite um discurso realista, visto que pode mostrar pedaços da realidade, sem um corte temporal tão grande, entre o acontecimento e sua divulgação, bem como o uso de imagens, áudio, vídeo de quem testemunhou o ocorrido.

O ambiente *on-line* também possibilita o aperfeiçoamento da interatividade. Se já era possível a participação do público nos programas radiofônicos, na televisão e nos jornais impressos, a internet facilitou o engajamento popular nas matérias do *webjornalismo*, por ter conseguido um espaço em que todos os internautas atingidos possam expressar suas opiniões, sobretudo por meio de comentários em portais de notícias e nas redes sociais dos veículos de comunicação. Assim, os indivíduos deixam de ser apenas meros espectadores e passam a ter o poder de interagir com os produtores jornalísticos, que incentivam a participação da sociedade. “Ao acessar a notícia, a ideia de estar diante do real pode ser fortalecida, visto que há possibilidades não apenas de ver e ler, mas de participar do desdobramento e apresentação dos fatos.” (FERREIRA; DALMONTE, 2008, p. 132-133).

Outra grande vantagem do jornalismo na era da internet é a ampliação das possibilidades de financiamento da imprensa, devido às tecnologias e facilidades do ambiente virtual, responsável pelo nascimento e manutenção de imensa gama de veículos independentes, que surgiram para contrapor o ideal mercadológico da mídia tradicional e produzir matérias com maior engajamento e representatividade social. “Neste tipo de jornalismo é mais evidente a necessidade de colaboração entre tecnologias, multidões e parceiros, para que o ambiente jornalístico tenha a capacidade de atender cada vez mais a crescente tarefa de narrar e contextualizar acontecimentos” (ANDERSON; BELL; SHIRKY, 2013, apud ALVES; BITAR, 2017, p. 78).

Para ajudar a compreender a força do *webjornalismo* no desenvolvimento da mídia independente, a Pública⁵ realizou um levantamento, entre 2015 e 2016, das organizações jornalísticas nascidas na internet, oriundas de projetos coletivos e sem ligações com qualquer empresa, organização ou grupo político. Ao todo, foram identificadas 79 iniciativas, distribuídas em 12 estados e no Distrito Federal. Deste total, 47 são organizações sem fins lucrativos.

Também existem os veículos que emergiram de movimentos populares, atuam em formato de *blogs* ou não estão apenas no ambiente virtual e, portanto, não entraram na pesquisa. Dois exemplos importantes são: o “Brasil de Fato” e a “Mídia NINJA – Narrativas Independentes, Jornalismo e Ação”, que se

⁵ Primeira agência de jornalismo investigativo sem fins lucrativos do Brasil, a Pública – Agência de Jornalismo Investigativo foi fundada em 2011 e luta pela defesa dos direitos humanos.

encontram entre os canais mais representativos do jornalismo independente. O primeiro é um jornal popular que surgiu por meio de movimentos sociais em 2003 e teve uma versão impressa que circulou por mais de 10 anos, porém, atualmente sobrevive apenas do *site* nacional e portais de notícias regionais e de rádio agências. Já a Mídia NINJA, fundada em 2013, é um *blog* de comunicação que ganhou notoriedade ao divulgar, pela internet, os grandes protestos populares daquele ano. Dessa forma, é notória a relevância do espaço virtual para a ampliação e diversificação do jornalismo nacional, sobretudo da imprensa contra hegemônica.

Na grande mídia, a Folha de São Paulo, um dos principais conglomerados noticiosos do Brasil, foi líder no *ranking* da média mensal de pagantes (na soma das versões impressa e digital) no ano de 2019, com quase 330 mil exemplares diários pagos por mês (6,4% a mais que em 2018), de acordo com o Instituto Verificador de Comunicação (IVC). Na plataforma virtual é possível verificar a convergência midiática característica do *webjornalismo*, já que grande parte das matérias inter-relacionam a utilização de textos escritos, vídeos, fotos, áudios, gráficos e infográficos.

O emprego de *hiperlinks* nas matérias veiculadas pelo *site* também é frequente, recurso extremamente importante no jornalismo *on-line*, pois possibilita que o receptor complemente o seu conhecimento por meio do acesso a outros conteúdos relacionados à temática em questão. Outro ponto positivo do portal de notícias da Folha de São Paulo é a grande instantaneidade da página. O *site* é atualizado de maneira constante, prezando pela rápida aproximação entre os fatos e o leitor.

Para auxiliar no suporte a pesquisas, a Folha de São Paulo permite que conteúdos antigos sejam encontrados na guia “acervo Folha”, disponibilizada no menu do *site*, por meio do emprego de palavras-chave. Outras características da plataforma já adaptadas ao ambiente virtual são a interatividade e a customização de conteúdo. Quanto à primeira, o portal possibilita a interação dos internautas através da publicação de comentários. A interatividade *emissor x receptor*, ou até mesmo, *receptor x receptor*, é um dos aspectos mais representativos do *webjornalismo* e praticamente indispensável no período atual.

No que diz respeito à personalização de conteúdo, o *site* oferece ferramentas de acessibilidade, como o aumento de fonte e a representação do

texto em áudio. Portanto, é seguro afirmar que a Folha de São Paulo, em sua inserção na *web*, conseguiu cumprir com as cinco propriedades fundamentais do jornalismo virtual, destacadas por Bardoel, Deuze e Palacios.

Para além da “informação pura”, a relação entre o jornalismo e as áreas de publicidade/propaganda perdura por séculos, por meio de contratos de apoio mútuo constatados em veículos de mídia impressa, rádio, televisão e, mais recentemente, no ambiente virtual.

1.3 Jornalismo e Publicidade

Após a Revolução Industrial, o mercado publicitário passou a necessitar de espaços com boa credibilidade para divulgar as novas marcas e produtos. Foi exatamente neste contexto que as empresas começaram a pagar por anúncios nas páginas jornalísticas da época. Deste modo, a partir de meados do século XIX, começou a se desenvolver uma dependência entre os setores de comunicação e publicidade, em que aquele passou a necessitar dos recursos financeiros dos anunciantes e este da capacidade de os jornais atingirem públicos específicos, para o aprimoramento das estratégias de divulgação e venda de produtos.

Nesse círculo vicioso, passou a ser impensável imaginar um grande jornal que não tivesse forte presença de anunciantes em suas páginas, como também passou a ser imponderável imaginar grandes marcas que não se fizessem presentes no meio jornalístico impresso. (MARQUES, 2007, p. 3).

Marques também lembra que, no Brasil, a mudança da imprensa para este modelo empresarial apenas ganhou força após o início do regime republicano, no final do Século XIX. Porém, o autor destaca que foi somente na segunda metade do último século que tal passagem ganhou força e “contornos mais nítidos e irreversíveis”. (2007, p. 3)

O teórico Noam Chomsky (2003, apud Marques, 2007), aponta cinco características que, para ele, moldam a atuação da imprensa no mercado. Os chamados *Cinco Filtros de Notícia* representam as depurações da mídia camufladas de objetividade, são eles: *Porte e Concentração da Propriedade dos Media e a Orientação para o Lucro; A Propaganda como Principal Fonte de*

Recurso dos Media; Dependência da Mídia de Informações Fornecidas pelas Fontes Oficiais; A Bateria de Reações Negativas e os Fiscais Disciplinadores; e, por último, o Anticomunismo como Mecanismo de Controle.

Primeiramente, vale lembrar que o autor escreveu tendo como base os sistemas de comunicação e publicidade dos Estados Unidos, porém, a reflexão sobre alguns tópicos também é de grande importância no contexto brasileiro. Os *Filtros de Notícia* restringem o número de assuntos tratados como prioridade pela imprensa: “os cinco filtros estreitam a gama de notícias que passam pelos portões e limitam ainda mais estreitamente o que pode se tornar ‘primeira página’.” (CHOMSKY, 2003, p. 90 apud MARQUES, 2007, p. 11). Marques ainda salienta que este processo cria “um desequilíbrio entre as opiniões das fontes oficiais e a dos grupos não-organizados ou sem acesso à mídia”. (MARQUES, 2007, p. 11).

Ao trazer a temática para o cenário brasileiro e relacioná-la com o debate *agroecologia x agronegócio*, é possível refletir sobre o processo de mercantilização da mídia e o investimento financeiro de grandes marcas, ligadas ao modelo agrícola dominante, em propagandas publicitárias veiculadas nos grandes meios de comunicação, como a Rede Globo. A Doutora em História das Ciências, das Técnicas e Epistemologia, Juliana Cordeiro, defende que “os meios de comunicação contribuíram para a disseminação das vantagens da Revolução Verde ao validar uma racionalidade economicista e modernizadora para a produção alimentar”. (CORDEIRO, 2019, p. 8).

Como bem lembra a pesquisadora, durante as quase seis décadas de concessão pública, a Rede Globo esteve ao lado do agronegócio, apoiando-o nos telejornais e nos programas de entretenimento, além da existência de conteúdos voltados especificamente para o tema, como o *Globo Rural*, no ar desde 1980. Cordeiro também faz menção ao vídeo *Cana-de-açúcar*, lançado em 2016, como parte integrante da campanha publicitária da emissora: “*Agro é tech, agro é pop, agro é tudo*”, destacando a exibição da pintura do inglês Henry Koster: “*Um Engenho de Açúcar*”, de 1816. Koster, além de artista, era um latifundiário escravocrata, dono de terras no estado de Pernambuco. Exatos duzentos anos depois, a *Globo* utiliza a mesma imagem para abordar o assunto

da modernização agrícola e prosperidade no campo, pautando a *commoditie* como “um sucesso brasileiro há 500 anos”.

A autora destaca que a propaganda “esquece de mencionar” que o agronegócio brasileiro englobava 74,7% do trabalho equivalente à escravidão no intervalo de 1995 e 2016, de acordo com dados do Ministério do Trabalho e Emprego. Além disso, dos mais de 52 mil trabalhadores resgatados desta situação neste período, 22% (11.939) estavam submetidos ao setor sucroalcooleiro.

Em outra obra, denominada *Mídia: Propaganda Política e Manipulação*, Chomsky propõe uma reflexão acerca da sociedade e do sistema democrático. Para isso, o autor expõe duas concepções distintas de democracia: a primeira, na qual a população pode participar de modo significativo na decisão de assuntos que irão impactar sua vida pessoal diretamente e onde a informação é livre e disponível a todos; e a segunda, que impede o povo de decidir sobre assuntos que irão lhe atingir e mantém os meios de comunicação vigiados e censurados. “Esta pode parecer uma concepção estranha de democracia, mas é importante entender que ela é a concepção predominante”. (CHOMSKY, 2014, p. 6).

A lógica por trás disso é a ideia, defendida por vários teóricos, a exemplo do jornalista americano Walter Lippmann, de que a maior parte da sociedade “é simplesmente estúpida demais para conseguir compreender as coisas” (CHOMSKY, 2014, p. 9). Neste sentido, a mesma não seria capaz de participar da administração de seus próprios interesses, pois isso só causaria problemas. Lippmann aponta a produção do consenso como a “nova revolução na arte da democracia”, capaz de controlar a população. De acordo com esta linha de pensamento, a mídia, as escolas e a cultura popular precisam fornecer uma noção moderada da realidade, porém a mesma deve vir acompanhada pela defesa das “convicções certas”.

Outro teólogo a favor desta postura é Reinhold Niebhuhr, que concebe a razão como um privilégio de um pequeno grupo de pessoas. Segundo Niebhuhr, a grande massa pensa e age pela emoção e pelo impulso. Cabe aos detentores da razão criar “ilusões necessárias” e “simplificações radicais” que pudessem

impactar emocionalmente as pessoas, mantendo-as no caminho desejado. Noam Chomsky chegou a comparar a propaganda política de um Estado democrático com o uso da força em um Estado totalitário. Ambos, segundo o autor, são utilizados com o intuito de retirar da população o poder de decisão sobre seus próprios interesses.

A hegemonia da lógica capitalista impulsionou o surgimento e crescimento de uma sociedade movida pelo desejo de consumo, diretamente responsável pela manutenção dos sistemas econômicos liberal e neoliberal. Para facilitar esse processo, a adoção de bons métodos de publicidade e propaganda foram essenciais. A partir do final do século XX, com o avanço tecnológico exponencial, as teorias e práticas de divulgação de produtos e empresas também buscaram formas de modernização.

Contudo, devem-se considerar outros aspectos econômicos, sociais, tecnológicos, informacionais, culturais e filosóficos deste período, denominado pós-modernidade. Esses foram destacados por Marshall na obra *O Jornalismo na Era da Publicidade*. Algumas das características apontadas pelo autor são: estetização, niilismo, transcomunicação, globalização, pluralidade, cibertecnologias, velocidade, fundamentalismos, hedonismo, *just in time*, marketização, entre outras.

Essa é uma era caracterizada por mutações, hiperdiscursos e metalinguagens. É o espaço da anomia, da crise do sentido, dos vazios teóricos e, ao mesmo tempo, ambigualmente, do avanço da tecnologia, da transnacionalidade da cultura e da economia e da absolutização da ciência. (MARSHALL, 2003, p. 15).

Marshall destaca que a ultraliberdade presente na contemporaneidade, decorrente da dominação econômica do modelo neoliberal, é responsável por uma maleabilidade geral das leis instituídas, abrindo espaço para “o modelo de “vale tudo” na sociedade”, o qual está em constante embate com os poderes e linguagens estabelecidas e propicia o surgimento de “um regime de ambiguidade e fragmentação universalizadas”. (MARSHALL, 2003, p. 15).

O autor concebe o ambiente pós-moderno como um universo de extremos, onde predominam, entre outros aspectos, a pluralidade de conceitos e a “domesticação” da própria razão. Para ele, “as certezas da modernidade dão

lugar ao profundo e antagônico estranhamento do território pós-moderno, singular, antiteleológico, de vertentes e ontologias [...]”. (MARSHALL, 2003, p. 16). O teórico caracteriza tudo isso como uma “hiper-realidade” cultural, que já vem pronta para o consumo. Essa profunda alteração de conceitos “formata, sobretudo, uma mutação sintetizada pelo capital para operar como ferramenta da civilização capitalista. Uma cultura feita com os valores e antivalores do capital”. (MARSHALL, 2003, p. 16).

Os meios de comunicação, com toda a influência que exercem sobre a opinião pública, também se viram obrigados a se adaptarem ao novo contexto. A importância disso, para o sistema capitalista, reside no fato de a imprensa agir, em grande medida, como “produtora do senso de realidade” e das formas de interpretá-la. Assim, Marshall destaca que a mídia passou a construir uma estética nova e universal, pautada em signos, em maior subjetividade, contrapondo-se aos ideais arbitrários do período moderno. A mesma nasce atrelada aos valores da linguagem publicitária, a qual representa a verdadeira voz da pós-modernidade, “por onde se transmitem e se constituem os conceitos e os sentidos”:

Esse processo de estetização cultural generalizada, que estetiza a própria ética e entroniza a publicidade, acaba subjetivando os processos contemporâneos de comunicação e os modos de produção, transformação e circulação de uma informação tratada cada vez mais como mercadoria. (MARSHALL, 2003, p. 16).

A grande mídia contemporânea, imersa na cultura capitalista, passa a compactuar com os valores e normas da pós-modernidade. A premissa do interesse público, em muitos casos, acaba por dar lugar a manipulações que promovem a ótica neoliberal e estimulam o consumismo. Marshall destaca a substituição da representação da realidade pelo “panteísmo dos signos e das mercadorias, pluralizados por esse processo pós-histórico e estético da relativização”. (MARSHALL, 2003, p. 17).

Os primeiros grandes estudos acerca da relação entre o capitalismo e os meios de comunicação surgiram com o emprego do conceito de Indústria Cultural, criado por Theodor Adorno e Max Horkheimer, integrantes da Escola de Frankfurt (grupo de pesquisadores alemães, que surgiu da união do Instituto

de Pesquisa Social com a Universidade de Frankfurt, em 1931). A famosa Teoria Crítica, voltada, sobretudo, à condenação do capitalismo, Iluminismo e Revolução Industrial, foi desenvolvida por pensadores ligados à Escola de Frankfurt.

No que se refere aos veículos de comunicação, a Teoria Crítica começou a investigar seus objetivos e efeitos sociais. A teoria defende que a indústria midiática trata todos os espectadores como massa, anulando suas individualidades. Assim, desconsidera as diferenças sociais/culturais e fornece produtos a serem consumidos por todos, com o intuito de reforçar a ideologia dominante. Nesse sentido, o objetivo principal da Indústria Cultural era de homogeneizar os pensamentos da sociedade, visando deixar os indivíduos satisfeitos com as situações econômica e política em que vivem. Apesar de ser considerada uma teoria ultrapassada por muitos, Guimarães da Costa (2001) concebe tal percepção da Teoria Crítica como fundamentada em um juízo falso (o qual afirma que a mesma estaria delimitada ao período de sua criação, em que opiniões negativas eram necessárias no combate ao autoritarismo dos governos e estruturas da época).

O autor destaca que as melhorias sociais, em especial nos setores de transporte e comunicações, podem abrir espaço para o desenvolvimento de uma sociedade mais crítica. Porém, também lembra que tais melhorias convivem com situações como a desigualdade econômica, a exclusão social, a semi-formação cultural, entre outros aspectos que dificultam a ligação direta entre progresso técnico e emancipação humana:

A obsolescência admitida decorre desta teoria não ser capaz de compreender as transformações do ambiente tecnológico, cultural e de integração global ocorridas sobretudo com a informatização da sociedade e do surgimento de suportes virtuais e híbridos, nas últimas décadas. (COSTA, 2001, p. 2)

O conceito de indústria cultural aplicado à atualidade não significa deixar de considerar os avanços técnicos e as novas características da comunicação, mas sim entender que ainda existem organismos controladores e encontrar meios de identificá-los. (COSTA, 2001).

O jornalismo praticado pelos grandes veículos de comunicação também se enquadra na concepção de indústria cultural, por produzir conteúdo direcionado a um enorme público (as massas). As grandes corporações midiáticas, e também outras estruturas de poder, fazem uso dos veículos comunicativos para controlar as informações que a população recebe e a forma como a recebe. “A padronização dos critérios para definir fatos tidos como relevantes socialmente perpassa estruturas centradas em poucas agências de notícia, só para mencionar a desigualdade do fluxo de informações internacionais”. (COSTA, 2001, p. 7).

Para que seja possível entender as relações de poder que permeiam a prática jornalística, é preciso compreendê-la como historicamente essencial na estruturação de sistemas políticos e econômicos, e ao mesmo tempo, como uma constante ameaça aos mesmos sistemas. Segundo Da Rocha (2008, p. 1): “o discurso midiático é entendido como sistema aberto que, da mesma maneira que reproduz as relações de poder, também pode reestruturá-las, desafiando as hegemonias existentes”.

1.4 Agricultura na mídia

A total imparcialidade noticiosa não passa de uma utopia, visto que o jornalista e o próprio veículo são obrigados a selecionar, dentre todas as informações e acontecimentos, quais serão divulgados e quais serão negligenciados no processo de produção de notícias. Além disso, um mesmo assunto pode ser abordado sob diversas perspectivas e enquadramentos, de modo que se torna impossível que um ou outro aspecto do fato relatado não predomine. Assim, por mais que o jornalista busque a neutralidade, determinados traços ideológicos, políticos e sociais, característicos de sua personalidade e experiências vividas, irão aparecer de alguma maneira. O mesmo vale para os responsáveis pela política editorial da empresa de comunicação. “Não existe objetividade em jornalismo. Ao escolher um assunto, redigir um texto e editá-lo, o jornalista toma decisões em larga medida subjetivas, influenciadas por suas posições pessoais, hábitos e emoções”. (Manual de Redação da Folha de São Paulo).

Apesar do fato da inexistência da total objetividade ser um consenso na literatura jornalística, o próprio manual da Folha de São Paulo, e a grande maioria dos estudos sobre o tema, afirmam que tal objetividade deve ser sempre perseguida, de modo que os textos jornalísticos carreguem o mínimo de subjetividade possível. Contudo, como Luis Felipe Miguel e Flávia Biroli frisam “A imparcialidade, como valor-guia, colabora para a ocultação dos lugares de enunciação dos discursos e das redes de diferenciação que os caracterizam e fazem com que circulem por determinados espaços e sejam aceitos como verdadeiros”. (MIGUEL; BIROLI, 2010, p. 66).

A busca pela inatingível imparcialidade, nesse sentido, acabar por tornar os valores e as opiniões dominantes como verdades universais. “A pluralidade é negada, já que se postula uma moral transcendente capaz de totalizar as perspectivas”. (MIGUEL; BIROLI, 2010, p. 66). Essa situação é preocupante, visto que, nas sociedades atuais, os indivíduos recebem a maioria das informações acerca dos mais variados temas por intermédio da mídia. No caso dessa excluir de sua agenda as perspectivas tidas como minoritárias ou alternativas, a população em geral pode vir a desvalorizar tais percepções, ou até desconhecê-las. Como enfatiza Raquel Paiva (2018), todas as atividades sociais são fortemente influenciadas pelo discurso, o qual tem o poder de interferir na formulação de ideias e identidades sociais, na política, e também nas formações e alterações institucionais.

Esse é um dos motivos pelo qual a imprensa é considerada, por muitos, o Quarto Poder da sociedade. Ao reconhecer a sua importância e capacidade de intervir nos pensamentos e ações humanas, as estruturas sociais trabalham para controlar o discurso, através de regras e diretrizes que ditam quem tem a liberdade de se expressar publicamente, e também o conteúdo que cada classe e função social pode abordar. (PAIVA, 2018).

No que diz respeito às práticas discursivas relacionadas à agricultura, o agronegócio possui seus interesses defendidos, a nível nacional, pela conhecida bancada ruralista do Congresso, que trabalha na aprovação de diversas propostas de liberação de agrotóxicos, flexibilização da legislação de controle do uso de produtos químicos no solo, e em outros aspectos que primam por facilitar o comércio e utilização dos mesmos.

Nos veículos comunicativos, a Rede Globo de Televisão realiza, desde 2016, uma grande campanha pela valorização do agronegócio. Intitulado *A indústria riqueza do Brasil*, o projeto conta com a produção e veiculação de diversos vídeos curtos, exibidos em horário comercial. A campanha faz uso da expressão *agro* em referência ao modelo produtivo hegemônico, sempre com a inserção de imagens que remetem às monoculturas industriais, cultivadas, majoritariamente, em latifúndios. Anteriormente, a emissora já havia lançado outras campanhas com a utilização da palavra *agro*. Em 2011, por meio da *Sou Agro*, e no ano seguinte, através da *Time Agro Brasil*.

Os objetivos centrais das três iniciativas foram: mostrar à população urbana que o agronegócio está presente em tudo e fazer com que o brasileiro tenha orgulho do *agro*. A diferença das duas primeiras em relação à campanha atual reside nos responsáveis pela mesma e na linguagem adotada. Enquanto aquelas foram assinadas por organizações ligadas ao agronegócio, a última é assinada pela própria Globo, “que assumiu uma linguagem urbana contemporânea, em oposição aos resquícios de ruralidade presentes nos comerciais anteriores”. (PAIVA, 2018, p. 49).

A partir da Revolução Verde, em 1966, a desigualdade social e econômica no campo aumentou significativamente, em função das políticas de concentração de terras e produções em larga escala, voltadas à exportação. Com isso, muitos agricultores familiares perderam a pequena extensão de terra que possuíam para o plantio e geração de renda. Além disso, várias práticas agrícolas inovadoras na época, como a utilização de agroquímicos, prejudicaram fortemente a saúde dos agricultores e dos consumidores de seus produtos, além de causar graves problemas ambientais, como a poluição do solo e águas fluviais.

Hoje, o agronegócio é uma das atividades mais ricas e poderosas do país. O setor conta com amplo apoio político para seu desenvolvimento, sendo representado, na Câmara dos Deputados, pela Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), ou simplesmente Bancada Ruralista, como é conhecida popularmente. A FPA atua na defesa de políticas públicas que beneficiem o modelo de agricultura empresarial, por meio de financiamentos e outros subsídios. Vale ressaltar o posicionamento conservador da Bancada com relação aos temas ambientais discutidos no país, como a contrariedade à

Reforma Agrária e à demarcação de terra dos povos nativos, bem como a busca pela flexibilização da legislação de trabalho rural. (MEDEIROS; FONSECA, 2016, apud SANTOS, 2019).

Apesar da unificação, após 20 anos, do crédito para a produção agrícola de pequenos, médios e grandes produtores, dos R\$ 225,59 bilhões aplicados pelo Governo Federal para o Plano Safra 2019/2020, voltados ao crédito rural (custeio, comercialização, industrialização e investimentos), ao Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR) e ao apoio à comercialização, apenas R\$ 5 bilhões foram destinados a investimentos no Programa de Agricultura Familiar (PRONAF), de acordo com informações do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Os dados refletem a enorme diferença entre o auxílio concedido pelo poder público aos pequenos e aos grandes produtores. Esse fato é preocupante, pois a agricultura familiar representa o setor com maior número de pessoas envolvidas no trabalho rural (67%), apesar de possuir apenas 23% das terras agricultáveis do país, de acordo com informações do censo agropecuário de 2017, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2019.

Desse modo, ainda que a agricultura familiar envolva a maior parcela de agricultores e responda pela maioria dos alimentos fornecidos aos brasileiros, a mesma continua sendo desvalorizada e ocultada pela política econômica e também pelos veículos de comunicação. Conforme Carneiro (2015), apud Gomes dos Santos (2019), essa invisibilidade ocorre em função da propagação de ideias que concebem tal modo de agricultura como ultrapassada e arcaica. Em contrapartida, o agronegócio é difundido como modelo agrícola moderno e inovador, em especial pelos setores que se beneficiam economicamente do mesmo, como é o caso dos grandes latifundiários, das empresas comercializadoras de agroquímicos, dos parlamentares ruralistas e, também, dos grandes veículos de comunicação patrocinados pelo setor.

O autor lembra que, na campanha *A Indústria riqueza do Brasil*, o agronegócio é exposto como o maior responsável pelo emprego no campo e segurança alimentar no Brasil, o que vai de encontro aos dados disponibilizados pelo último censo agropecuário, realizado em 2017, já que esse revela o fato dos pequenos produtores cultivarem grande parte de diversos alimentos consumidos

internamente, como a mandioca (80%) e abacaxi (69%) e representarem 67% da empregabilidade no ambiente rural. Vale salientar que a *Seara*, marca do grupo *JBS* (empresa brasileira do ramo alimentício, de impacto global) é uma das patrocinadoras da campanha. A empresa, assim como toda grande corporação de alimentos, possui forte dependência de recursos e matérias-primas provenientes da agricultura industrializada.

2. Agroecologia: princípios básicos

Um dos aspectos mais representativos da agroecologia diz respeito ao seu caráter multidisciplinar, ou seja, ao fato de englobar conhecimentos científicos de diversas áreas. Desse modo, é compreendida como uma matriz disciplinar holística e integradora, capaz de agregar experiências e saberes formados por agricultores, indígenas, quilombolas, pescadores e outros atores sociais compreendidos em processos de desenvolvimento rural, valorizando os fatores endógenos (presentes no local) de cada ambiente social. Esses fatores são essenciais por auxiliarem na compreensão das condições socioculturais e agroecossistêmicas, possibilitando o surgimento de iniciativas eficazes para um desenvolvimento realmente sustentável. (CAPORAL; COSTABEBER; PAULUS, 2006).

Alguns autores pautam a crise socioambiental atual como sendo, na verdade, a própria crise do processo civilizatório. Leonardo Boff, por exemplo, defende que a luta ambiental se transformou “numa crítica radical do tipo de civilização que construímos [...]”. Na atitude de estar por sobre as coisas e por sobre tudo, parece residir o mecanismo fundamental de nossa atual crise civilizacional” (BOFF, 1995, apud CAPORAL; COSTABEBER; PAULUS, 2006, p. 46). Nesse sentido, para o enfrentamento eficaz desta situação, é necessária uma reformulação geral no modo como estabelecemos nossas próprias relações sociais e, também, nossa relação com o meio ambiente. E para concretizar essa mudança é preciso valorizar diferentes linhas ideológicas e diferentes formas de conhecimento, como nos proporciona a agroecologia.

Outro elemento importante da perspectiva agroecológica é o conceito de *ética*, presente na relação entre os indivíduos e na intervenção dos mesmos sobre a natureza. Os autores frisam que nossas escolhas podem estar pautadas unicamente pelo consumismo ou obtenção de lucro, marcas do capitalismo em que nossa sociedade está inserida, ou por princípios éticos. A *ética* é definida, por eles, como a manifestação da noção de responsabilidade, a qual tem origem em nossas relações sociais e com os demais seres vivos. Assim, a ética ambiental remete às reflexões sobre posicionamentos e atitudes corretas no ambiente em que vivemos e impactamos (CAPORAL; COSTABEBER; PAULUS, 2006).

A agroecologia também se utiliza da definição conceitual de *ética* para enfatizar sua preocupação com o respeito às diversas formas de vida e à biodiversidade presente em cada ecossistema. Nesse sentido, é imprescindível que cada ser humano desenvolva uma noção de “cuidado”, para gerar e fortalecer atitudes que propiciem a continuidade da vida de todos os seres. No desenvolvimento de qualquer atividade em um ambiente social, existem normas morais que “aprovam” ou “condenam” determinadas ideologias e práticas. A ética ambiental, por sua vez, reflete sobre as ideias e comportamentos adequados por parte dos seres humanos em suas relações com o meio ambiente. “[...] além de ser um compromisso pessoal, pode passar a ser um requisito de uma dada sociedade que tenha a busca da sustentabilidade entre seus objetivos”. (CAPORAL; COSTABEBER; PAULUS, 2006, p. 5).

Assim, analisando a postura individual e coletiva dos indivíduos, é possível estabelecer parâmetros sobre determinados aspectos que possam estar interferindo, ou vir a interferir, nas condições favoráveis à preservação da biodiversidade na Terra. Desse modo, a agroecologia (e a ética ambiental) segue a lógica do “princípio da precaução”, que visa evitar o surgimento de novos riscos e minimizar os já existentes, em decorrência de novos processos e/ou tecnologias.

A valorização da agricultura familiar também é ponto crucial no desenvolvimento agroecológico e na luta contra as políticas de concentração de terras, exportação e a alta mecanização da agricultura, representada por movimentos sociais, como o MST. Luta que se faz necessária, tendo em vista que o modelo de agricultura dominante contribui com o desemprego de muitas famílias, além de gerar problemas no abastecimento dos mercados locais. Isso ocorre pelo fato de o agronegócio ter como objetivo principal a geração de lucro e produzir, muitas vezes, com o interesse único da exportação.

Sob a perspectiva ambiental, além dos problemas causados pela utilização de agrotóxicos, o modelo colabora com o desequilíbrio dos ecossistemas ao adotar a prática da monocultura (caracterizada pelo cultivo de uma única espécie agrícola), o que estimula a proliferação exagerada de determinados seres vivos, como aqueles que se alimentam dessa cultura, e a diminuição na quantidade de seres de outras espécies, os quais são ameaçados

pelo aumento no número de predadores naturais ou simplesmente deixam o ambiente pelas alterações biológicas sofridas pelo mesmo.

Nesse sentido, a manutenção e ampliação da agricultura familiar é de extrema relevância para evitar diversos problemas, como grandes êxodos rurais (o que ocasiona desemprego e pode gerar dificuldades estruturais nas cidades ao tentar abrigar todo este novo contingente populacional). Além disso, em decorrência da falta de trabalho podem surgir outros problemas, como aumento dos índices de criminalidade e prostituição, por exemplo.

No que tange a produção nacional, segundo dados do IBGE, a agricultura familiar contava com uma área de 80,9 milhões de hectares em 2017 (o agronegócio respondia por um total de 351 milhões) e era responsável por 23% da produção agrícola total. Contudo, grande parte dos produtos da agricultura não familiar estão inseridos dentro de um contexto de exportação, com grandes monoculturas de soja e milho, por exemplo. No que se refere a outros alimentos importantes no abastecimento do mercado interno, as informações coletadas para o censo agropecuário de 2017 revelam que: a agricultura familiar responde por 48% da produção nacional de café e banana, por 80% da produção de mandioca, 69% do abacaxi e 42% da produção de feijão. (IBGE, 2019).

Em relação ao censo agropecuário anterior, de 2006, a população ocupada na agricultura familiar diminuiu 2,1 milhões. Além dos motivos já expostos, a dificuldade de as famílias manterem as gerações mais novas nas unidades de produção rural é outra problemática a ser resolvida. A sucessão geracional é uma das temáticas mais estudadas no âmbito das empresas familiares, seja na agricultura ou não. Ward (1987), apud Machado de Oliveira e Vieira Filho (2018), atribuiu tamanha importância ao processo de sucessão nessas empresas, que defende sua utilização para definir o próprio conceito das mesmas. Para o autor, a empresa familiar depende, diretamente, da transmissão adequada da gestão e patrimônio aos sucessores da mesma família.

Através da comparação entre empresas familiares que fracassaram e aquelas que obtiveram sucesso, Miller e Le-Breton Miller (2005), apud Machado de Oliveira e Vieira Filho (2018), listaram características comuns ao segundo grupo no que se refere à estratégia de atuação, liderança e prioridades. Os autores atribuíram a nomenclatura *4 C's* a tais características, que seriam: 1) continuidade; 2) comunidade; 3) conexões; 4) comando. Aliadas, essas 4

particularidades destacam a relevância dos valores em um empreendimento familiar e orientam o processo sucessório, “que abrange não só a identificação de um sucessor e a ampla preparação da família, mas também as relações sociais dentro de determinada comunidade e a clareza sobre o papel da liderança do empreendimento”. (OLIVEIRA; VIEIRA FILHO, 2018, p. 16).

Em uma pesquisa realizada por Olívio Faccin e Carmen Schmidt (2013) com 91 filhos de agricultores no município de Mormaço, interior de Santa Catarina, foi constatado que, entre os fatores limitantes à continuidade das atividades agrícolas estão, principalmente: a pequena quantidade de terra e dinheiro, os quais dificultam a diversificação, o aumento da produção e a substituição de máquinas e equipamentos nas unidades de produção. A terra foi apontada como o fator mais limitante ao aumento de renda e a excessiva disponibilidade de mão de obra foi considerada um obstáculo para estipular o número de horas que cada membro da família trabalha diariamente. No que se refere à permanência do jovem no campo, o pouco conhecimento técnico foi apontado pelos mesmos como o principal entrave, assim como para o acesso ao crédito e para o investimento em novas tecnologias.

Contudo, apesar da maioria dos jovens estarem satisfeitos ou extremamente satisfeitos quanto: à sua autonomia na tomada de decisões na unidade de produção (69%); clareza das funções a serem desempenhadas por eles e por seus pais (82%); e incentivos à permanência no ambiente rural (66%), a maior parte dos mesmos não pretende continuar o trabalho com a agricultura (51%). Desses, doze são filhos únicos e um indicou que os irmãos também não pretendem viver da agropecuária. A pesquisa concluiu, portanto, que no mínimo 14% das unidades de produção não deverão ter sucessores.

O estudo comprova a necessidade de refletirmos sobre a questão da sucessão rural no Brasil, já que a população de agricultores familiares passa por um processo de redução constante e é necessário investigar os motivos responsáveis por isso. Nesse sentido, são necessárias pesquisas de maior abrangência, capazes de identificar, com clareza, os reais motivos que afastam os jovens brasileiros do ambiente rural, e que, sem dúvida, contribuíram para a diminuição de 2,1 milhões de pessoas na agricultura familiar no período de 2006 a 2017.

Como mencionado, a ética é um princípio de extrema relevância no campo agroecológico. Por isso, o engajamento político do setor na busca por melhores condições sociais, sobretudo para a população do campo, é bem forte e notório. A articulação entre famílias agricultoras e representantes da sociedade civil que compartilham de ideais contra hegemônicos é realizada historicamente, por meio de movimentos sociais, partidos políticos, entidades públicas e filantrópicas, com o principal objetivo de lutar pela redução das desigualdades sociais.

2.1 Luta pelos direitos humanitários

A luta pelo direito à terra é histórica no Brasil. Desde o período colonial, as disputas contra a exploração são marcadas, também, pelo combate ao cativo da terra e à expulsão dos trabalhadores das unidades produtivas. Portanto, o tema possui praticamente a mesma idade do “descobrimento” do Brasil, há mais de 500 anos. Primeiramente, veio as lutas dos povos indígenas, depois a dos africanos escravizados e dos trabalhadores livres e, por último, dos imigrantes e seus descendentes. Alguns exemplos marcantes destas verdadeiras batalhas contra a concentração fundiária são: a Guerra de Canudos, a Guerra do Contestado e a formação de grupos de cangaceiros. Dessa forma, as lutas de resistência camponesa foram sendo moldadas e adaptadas a cada contexto histórico, social, cultural e político.

A diferenciação entre a luta pela terra e a luta pela Reforma Agrária é importante. Enquanto aquela existe desde o período colonial e é realizada exclusivamente pelos trabalhadores, esta surgiu no último século, foi fortalecida pela formação de organizações políticas, principalmente após o crescimento das Ligas Camponesas (na década de 1950), e engloba a participação de diferentes instituições.

A luta pela reforma agrária é uma luta mais ampla, que envolve toda a sociedade. A luta pela terra é mais específica, desenvolvida pelos sujeitos interessados. A luta pela reforma agrária contém a luta pela terra. A luta pela terra promove a luta pela reforma agrária. (FERNANDES, 2001, p. 1).

O debate acerca da reforma agrária voltou a ganhar força no cenário nacional no final da década de 1970, primeiramente na parte Centro-Sul do país,

com posterior expansão para as demais regiões. Como um dos principais símbolos desta retomada da luta pela redemocratização das áreas rurais surge o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, o MST, que começou a ser idealizado no ano de 1979 e foi criado formalmente em janeiro de 1984, no *Primeiro Encontro Nacional de Trabalhadores Sem Terra*, realizado em Cascavel, no Paraná. Hoje, 24 unidades federativas, distribuídas nas cinco regiões do país, contam com organizações do MST, as quais seguem os mesmos objetivos definidos em Cascavel: “Lutar pela terra, pela Reforma Agrária e pela construção de uma sociedade mais justa, sem explorados nem exploradores”.

Em 2000, os Sem Terra já contabilizavam cerca de 250 mil famílias assentadas e outras 70 mil acampadas em todo o país. Atualmente, o número de assentados está em torno de 350 mil. As quantidades, apesar de ainda serem muito pequenas diante da totalidade de famílias sem-terra no Brasil, são muito significativas, pois representam e motivam a luta contra a concentração de terra e as desigualdades sociais. O MST é responsável pela conquista de áreas, antes pertencentes à latifúndios, e que hoje representam locais de vida e trabalho para muitas famílias, as quais produzem os alimentos que são levados à mesa de grande número de brasileiros. (CALDART, 2001).

Para exemplificar como as ações do MST buscam um horizonte mais amplo, para além da questão da redistribuição de terras, é essencial abordar sobre a criação e funcionamento das *Cirandas Infantis* (denominação atribuída pelos *Sem-Terra* aos momentos e espaços educativos destinados às crianças de até seis anos). Estas escolas, localizadas nos acampamentos e assentamentos estão construindo, aos poucos, a cultura da educação infantil no campo. Além disso, há iniciativas voltadas à alfabetização de jovens e adultos sem-terra (que atinge milhares de pessoas), bem como a formação de técnicos e educadores de nível médio e superior, e outras iniciativas que fomentam o desenvolvimento da militância do grupo e a formação da família Sem Terra como um todo. (CALDART, 2001).

São conquistas de uma luta coletiva na qual muitas pessoas também perderam sua vida, seja no dia a dia da violência do latifúndio, seja em massacres mundialmente divulgados, como o caso de Eldorado dos Carajás, no Pará, em 1996. (CALDART, 2001, p. 208).

Conforme destaca a autora, é desta forma, por meio da luta pela terra e pela afirmação da possibilidade de novas relações sociais, que o MST vem desempenhando papel de protagonista na busca pela inserção da Reforma Agrária na agenda política brasileira. No contexto dos diversos movimentos camponeses do Brasil, o fato de o MST ter sobrevivido por mais de 30 anos é, sem dúvidas, um marco fundamental para os trabalhadores rurais sem-terra. A maioria dos movimentos com propósitos semelhantes acaba por sucumbir em períodos de tempo extremamente menores. Algumas características que certamente contribuíram e contribuem na sobrevivência do MST foram apontadas por Caldart. A primeira delas é a radicalidade na luta e o número de indivíduos envolvidos (luta firmada, sobretudo, na ocupação dos latifúndios e com mobilização em massa dos sem-terra). A autora salienta que o movimento deixa claro, nas ações de luta, as práticas e valores que contesta, bem como os sujeitos a que pretende dar visibilidade novamente.

Quem olha para as ações do MST vê se transformarem em lutadores seres humanos que o capitalismo já imaginava ter excluído definitivamente. Talvez seja esta radicalidade, da luta, do jeito e de quem a faz, o que provoca na sociedade tomada de posição imediata: as pessoas são contra ou são a favor das ações do MST; mas de modo geral não costumam ficar indiferentes a elas. (CALDART, 2001, p. 208).

A segunda característica apontada por Caldart se refere às várias dimensões em que o MST atua. Apesar de ter surgido da luta pela terra e ver na mesma a centralidade das ações, os sem-terra abraçaram inúmeras outras “bandeiras” sociais. Entre elas estão lutas relacionadas à produção, educação, saúde, cultura e direitos humanos. “Estas lutas, bem como o trabalho cotidiano em torno do que são suas metas [...] se ampliam à medida que se aprofunda o próprio processo de humanização de seus sujeitos [...]”. Portanto, as ações e metas do Movimento são aprimoradas conforme cresce a percepção dos sujeitos envolvidos quanto aos seus direitos humanitários, ou seja, seus direitos como pessoas, que deveriam estar assegurados a todos os seres humanos.

Depois, a autora destaca o modo de organização dos sem-terra, que, segundo ela, conta com a versatilidade de um movimento social (que possibilita a participação de todos os envolvidos em todas as ações), aliada a uma

combinação de relações sociais e organizacionais próprias, semelhantes às de uma instituição social, flexível e duradoura. Por estes motivos, os estudiosos da área geralmente têm dificuldades em enquadrar o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra em suas classificações usuais.

O MST tem resolvido este problema criando uma denominação para si próprio: uma *organização social de massas*, em que a combinação de características contraditórias se coloca exatamente como um dos pilares de sua identidade (CALDART, 2001, p. 209).

O último tópico que Caldart aborda, na descrição das principais particularidades do movimento, é a construção de uma universalidade em torno da luta que surgiu de um grupo social específico. A partir do lema: *Reforma Agrária, uma luta de todos*, o MST busca conscientizar a sociedade sobre a necessidade de encarar a proposta como uma necessidade de toda a população, e não apenas dos trabalhadores rurais. Este pensamento facilita a identificação das maiorias excluídas e seus simpatizantes com o MST, abrindo espaço para que o movimento assuma “bandeiras de luta” cada vez mais abrangentes.

A relação da mídia com os grupos representados por ela será analisada com base em concepções multiculturalistas e multiperspectivas. Esta linha de pensamento caracteriza os produtos midiáticos como dotados de forte caráter ideológico. Conforme destaca um de seus principais expoentes, Douglas Kellner, na obra *A cultura da mídia*, “[...] é importante aprender a interpretar a cultura da mídia politicamente a fim de decodificar suas mensagens e efeitos ideológicos.” (KELLNER, 2001, p. 123). Nesse sentido, a metodologia do multiculturalismo crítico pode ser definida como um aprofundamento no estudo das formas de opressão e dominação, com base na articulação de perspectivas normativas que possibilitem a contestação das mesmas.

Para isso, o pensador propõe a articulação entre as concepções sociais de classe, sexo, sexualidade, raça e etnia, além das maneiras que tais temas são comumente representados/identificados pela sociedade e como as representações alternativas criam novos processos de identificação. A corrente teórica também cita como imprescindível a compreensão das forças ideológicas e políticas inerentes à produção cultural:

A manutenção de uma perspectiva crítica também exige que se interpretem a cultura e a sociedade em termos de relações de poder, dominação e resistência, articulando as várias formas de opressão em dada sociedade por meio de perspectivas multiculturais. (KELLNER, 2001, p. 124).

Quanto aos textos culturais, representados por “imagens, figuras, códigos genéricos, mitos e aparato técnico de cinema, televisão, música e outros meios, bem como por intermédio de ideias ou posições teóricas” (p. 123), Kellner afirma que os mesmos podem não ser exclusivamente “conservadores” ou “liberais”, mas flertar com ambos os lados para atingir um público mais expressivo. Existem também os textos que revelam posicionamentos específicos, mas que são atenuados por outras informações da narrativa.

O multiculturalismo crítico em si também assume uma postura ideológica, de forma clara. Como já explicitado, a metodologia concebe a cultura e a sociedade como um terreno de embates entre forças hegemônicas e contra hegemônicas. Nesta disputa, a perspectiva opta por aliar-se ao segundo grupo, opondo-se aos ideais de dominação. Para além da cultura, a metodologia expressa a necessidade de implementação de uma teoria crítica da sociedade, a qual irá servir de embasamento para a análise e a crítica cultural. “A teoria crítica da sociedade faz uma crítica dos sistemas existentes de dominação, mostrando as forças de resistência e as possibilidades de transformação social radical”. (KELLNER, 2001, p. 126). Ou seja, o estudo cultural crítico não se detém apenas à realização de interpretações contextualizadas dos textos culturais (inclusive os midiáticos). Esse processo é utilizado como um importante instrumento de impulso a “forças de resistência e de luta por uma sociedade mais democrática e igualitária”. (KELLNER, 2001, p. 126).

O autor concebe o termo “multicultural” como característica geral válida para todas as ideias e ações contrárias a qualquer tipo de estereotipia, distorções e estigmatizações produzidas pela cultura hegemônica e destaca que o multiculturalismo se alia às representações que buscam promover a luta contra as desigualdades, ao mesmo tempo em que condena aquelas que “legitimam, justificam ou dissimulam a dominação”. Kellner classifica o estudo cultural em questão como parte da “pedagogia dos oprimidos”, de Paulo Freire (1972). (KELLNER, 2001, p. 126-127).

Na obra, o pensador ainda preza pela importância do “caráter multiperspectívico” que todo estudo crítico e multicultural deve conter. Inspirado no perspectivismo de Nietzsche, que concebe toda interpretação como inevitavelmente mediada pela perspectiva do interpretador, “um estudo cultural multiperspectívico utiliza uma ampla gama de estratégias textuais e críticas para interpretar, criticar e desconstruir as produções culturais em exame”. (KELLNER, 2001, p. 129). Para não assumir uma postura parcial é necessário aprender, nas palavras do próprio intelectual alemão, “como empregar várias perspectivas e interpretações a serviço do conhecimento”. (NIETZSCHE, 1969, p. 119, apud KELLNER, 2001, p. 129).

Portanto, um estudo multicultural e multiperspectívico, além de interpretar os textos sem menosprezar questões de gênero, raça, classe, orientação sexual, entre outras, também deve combinar diferentes perspectivas críticas afim de enriquecer a análise. Por exemplo, “a combinação das perspectivas críticas marxista, feminista, estruturalista, pós-estruturalista, psicanalítica e outras possibilitará uma leitura mais completa e potencialmente mais sólida”. (KELLNER, 2001, p. 130).

Ao relacionar as concepções acima com os enquadramentos midiáticos adotados na representação de movimentos sociais, bem como com os ideais contra hegemônicos defendidos por esses movimentos, se torna facilmente perceptível uma postura descontextualizada e simplista da grande mídia com relação a eles. O mesmo vale quando são feitas leituras acerca de atores que promovem a defesa da agroecologia como uma alternativa à dominação econômica, social e política exercida pelo agronegócio.

Como um claro exemplo da situação exposta acima, Eduardo Gonçalves (2008) contribui com a análise de uma matéria publicada pela revista ISTOÉ, na edição de 11 de abril de 2001:

TERRORISMO

O MST invadiu a fazenda do embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima, em Minas Gerais. Durante a ocupação, que terminou na quarta-feira 4, os invasores ameaçaram a polícia com facões e cobras. Introduziram o réptil no que chamaram de “esquema de resistência”, mas reclamaram ao serem ameaçados pelos cães pastores da tropa de choque. (ISTOÉ, edição 1645, p.20).

Gonçalves aponta o caráter espantoso da notícia em todos os seus detalhes. Primeiramente ele destaca o título, que compara as ações de protesto realizadas pelo MST a práticas terroristas. Depois, o autor comenta sobre o tom vermelho púrpuro da matéria original veiculada pela *ISTOÉ* e sobre a alegação de ações violentas por partes dos manifestantes e sobre a suposta contradição na exigência de serem tratados com civilidade após introduzirem répteis na localidade. Gonçalves salienta a manipulação fotográfica estabelecida pela revista, que divulga uma imagem de alguns representantes do MST portando “facões” e outro com uma cobra nos braços. Conforme o autor, a representação fotográfica “pode assustar o mundo urbano, mas [...] se encontra absolutamente dentro da lógica da vida camponesa”. (GONÇALVES, 2008, p. 121). Quanto à questão das reclamações pelas ameaças sofridas por parte dos cães policiais, a análise de Gonçalves aponta que o texto quis passar a ideia de incoerência por parte dos membros do MST que, após terem ações “desumanas”, exigiam ser tratados com civilidade.

Portanto, na matéria acima e em várias outras divulgadas pela revista *ISTOÉ*, se percebe um forte apelo a uma concepção que deslegitima o MST, pois trata suas ações de forma que enfatiza e até superestima os atos de resistência mais violentos. Os motivos por trás das ocupações, embasados em uma luta de resistência contra a falta de atitude dos poderes estatais quanto à redistribuição de terras, é fortemente negligenciado. Em seu estudo, Gonçalves também destaca a utilização, por parte da Revista, de setores da Igreja Católica que apoiaram o surgimento do MST e passaram a se distanciar do movimento por não concordarem com as práticas de resistência adotadas. Segundo ele, “a Revista constrói a imagem de um movimento violento que deve ser enquadrado na justiça comum, responsabilizado por seus ‘crimes’”. (GONÇALVES, 2008, p. 121).

Para exemplificar seu ponto de vista, o autor utiliza uma entrevista concedida pelo então arcebispo da Igreja Católica no Rio de Janeiro, Dom Eusébio, à revista *ISTOÉ*, no dia 3 de outubro de 2001. Perguntado sobre a relação da Igreja com o MST, Dom Eusébio aponta a discordância entre a Igreja e as práticas violentas que o MST começou a utilizar e afirmou não haver relações entre as partes. Porém, salientou que muitas pessoas da Igreja possuem simpatia pelo Movimento: “muito do que se conseguiu em reforma

agrária, que não é tanto assim, se deve bastante ao MST” (ISTOÉ, edição 1670, p.42).

Conforme sintetiza Gonçalves: “a utilização da fala de uma autoridade de uma instituição que apoiou o surgimento do MST, destacando a sua discordância com a violência, exime a Revista de posicionar-se abertamente quanto à pretensa radicalidade do MST” (p. 122). Ou seja, a Revista expõe o apreço que Dom Eusébio possui pelo MST no que tange à luta pela terra, mas em um contexto em que o viés negativo do Movimento fica em destaque. (GONÇALVES, 2008).

As representações acima são apenas alguns exemplos da presença ideológica nos textos midiáticos e da inexistência de múltiplas perspectivas, algo que, de acordo com a teoria do perspectivismo de Nietzsche (que teve suas linhas gerais explanadas no presente estudo), prejudica a formação de conhecimento e contribui com a perpetuação de uma visão específica e limitada sobre os temas e sujeitos representados.

Quando se trata especificamente dos temas relacionados à agroecologia, como já salientado na menção que o presente estudo faz da pesquisa desenvolvida por Raquel Paiva e Elaine Azevedo, a grande mídia, de modo geral, aborda o assunto evidenciando atores e situações específicas, mas deixa de representá-lo em sua devida condição contextual. Soma-se a isso o fato de a temática ter uma visibilidade ínfima, se comparada a do modelo de agricultura hegemônico (no período estipulado, que compreende os 12 meses de 2016, a pesquisa constatou sua representação em 5% das matérias agrícolas divulgadas por quatro grandes empresas do jornalismo tradicional).

Esta pesquisa escolheu, como período de análise, o final de 2019 e primeiro semestre de 2020 não por acaso. Desde março, a Organização Mundial da Saúde (OMS) passou a classificar a situação de exposição à Covid-19 como pandemia, devido a rápida disseminação geográfica que o vírus, descoberto na China em dezembro de 2019, apresentou. Portanto, desde o dia 11 daquele mês (de forma oficial), o planeta enfrenta a maior epidemia global em um período de cem anos, causada por um vírus até então desconhecido. O cenário gerado pela Covid-19, marcado pelos sérios problemas de saúde pública e, por consequência, pelo agravamento das dificuldades econômicas e sociais em diversos países, obriga os líderes governamentais e os pensadores

contemporâneos a refletirem, de forma ainda mais profunda, sobre as alternativas de desenvolvimento sustentável.

Sobre a recuperação econômica, a Alemanha e o Reino Unido, ao unir forças com a China e ONU, fizeram um apelo para que o mundo encare o desenvolvimento sustentável como parte essencial do progresso no setor. Na 11ª edição do Diálogo Climático de Petersberg, realizada em Berlim, Angela Merkel e Boris Johnson, primeiros-ministros da Alemanha e Reino Unido, respectivamente, em conjunto com o secretário geral da ONU (Antonio Guterres) e o representante chinês (Huang Runqiu), defenderam que as ações de recuperação econômica têm o dever de respeitar o meio ambiente, salientando a importância do cumprimento do Acordo de Paris para reduzir os impactos nocivos do aquecimento global. A chanceler alemã destacou:

O coronavírus nos mostra que a cooperação internacional é crucial e que o bem-estar de uma nação sempre depende do bem-estar de outras. Com o Acordo Verde da Europa, a Comissão da UE mostrou o caminho a seguir. A Europa deve se tornar o primeiro continente neutro em termos de emissões até 2050 (MERKEL, 2020).

Também na 11ª edição do Diálogo Climático de Petersberg, o líder da ONU frisou seis ações para reconstrução econômica pós-pandemia. A primeira é a relação indireta entre a própria Covid-19 e o clima. Antonio Guterres concebe as ações a serem tomadas em um futuro próximo dentro de uma “janela de oportunidade rara e curta” para combater as mudanças climáticas. Ele salientou que a pandemia “expôs a fragilidade de sociedades e economias a choques de desigualdades profundas que ameaçam a conquista dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável”.

Para Guterres, o futuro da sociedade e do meio ambiente depende da coragem e dos ideais defendidos pelas lideranças mundiais que, em sua visão, devem ser cada vez mais colaborativas. O segundo ponto levantado pelo secretário-geral é uma maior vontade política. Segundo ele, durante o mapeamento das estratégias de recuperação, os líderes possuem a oportunidade de escolher

Um caminho mais sustentável e inclusivo, que lida com as mudanças climáticas, protege o meio ambiente, reverte a perda de biodiversidade e garante saúde e segurança a longo prazo da humanidade. (GUTERRES, 2020).

Porém, existe uma corrente teórica que critica a postura das grandes potências econômicas diante da temática do desenvolvimento sustentável, principalmente em relação a forma de lidar com problemas sociais e ambientais. Silvia Ribeiro, jornalista e ativista uruguaia, escreveu um artigo em que alerta sobre os perigos do discurso adotado pelos países desenvolvidos no combate às emergências climáticas. Ribeiro frisa que o sistema econômico dominante busca sanar as consequências negativas de suas próprias ações, em vez de enfrentar a raiz dos problemas que elas geraram.

A crise, portanto, é real e é grave. No entanto, a manipulação discursiva dela por aqueles que são seus principais responsáveis - as maiores empresas de petróleo, carvão e gás, agronegócio, químicos, construção, transporte e a dezena de governos de países que carregam maior responsabilidade histórica pelo aquecimento - garante que será pior. (RIBEIRO, 2019)

O aquecimento global se intensificou de forma exponencial após a década de 1970 (quase a totalidade dele surgiu após este período) principalmente em razão dos impactos produzidos por grandes indústrias de petróleo, gás, carvão e cimento. O Quinto Relatório Global, divulgado em setembro de 2019 pelo Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), alerta para as causas do aquecimento, que são provenientes dos combustíveis fósseis (25%), da agricultura e desmatamento (24%), das emissões industriais (21%) e do sistema de transportes (14%). (RIBEIRO, 2019).

Ribeiro também apresenta um complemento a estes dados, realizado por organizações como Grain, Grupo ETC e Coalizão Mundial pelas Florestas, que revelam a grande contribuição do sistema agroindustrial para a elevação da taxa de aquecimento global. O alto índice de utilização de fertilizantes sintéticos e agrotóxicos, que são subprodutos do petróleo, a expansão da agropecuária monocultora, uma das principais causas do desmatamento, o transporte de alimentos por longas distâncias em veículos dependentes da indústria petrolífera (por consequência, emissores de dióxido de carbono) e a elevada geração de lixo orgânico, que emite o gás metano, são responsáveis por 44 a 57% das emissões responsáveis pelo superaquecimento planetário. (RIBEIRO, 2019).

Quanto às medidas de prevenção e contenção pré-vacina, os cientistas mundiais de diferentes correntes estão muito alinhados sobre a melhor forma de

combate ao vírus. (Fechamento de fronteiras, estado de exceção, quarentena, isolamento social). Porém, quando o assunto é descobrir as causas do início da propagação do Sars-CoV-2, ainda há conflitos entre os pesquisadores. Há muitas preocupações quanto à possibilidade de o sistema dominante de produção de alimentos possa criar melhores condições de proliferações de zoonoses (doenças transmitidas por animais). Apesar de não haver uma confirmação precisa sobre a origem da pandemia, uma das principais hipóteses levantadas acredita que o consumo de animais silvestres (morcegos) tenha sido o vetor da ameaça viral em que a sociedade está inserida neste momento.

Contudo, alguns pesquisadores e pesquisadoras, como Silvia Ribeiro, expõe que o problema é muito mais amplo, e deve levar em conta a destruição do habitat natural desses e de outros animais, principalmente por meio do agronegócio. Ribeiro frisa que isso gera um ambiente propício para as rápidas mutações genéticas dos diferentes tipos de vírus. A cientista também afirma que a utilização de antibióticos na produção pecuária contribui para o mesmo cenário. Em matéria divulgada no portal *on-line* de notícias do Brasil de Fato, no dia 30 de março de 2020, o sociólogo Andrés Kogan Valderrama, do Instituto Humanitas Unisinos (IHU), com base nas hipóteses de Ribeiro, salienta que

[...] causas estruturais, assim como outros vírus (gripe aviária H5N1, gripe suína H1N1 e a doença da vaca louca), estão relacionadas a um sistema agroalimentar que se sustenta na ideia antropocêntrica de que certos animais (porcos, vacas, galinhas) são meros objetos para a exploração. (BRASIL DE FATO,2020).

O texto atenta para o impacto do agronegócio no ecossistema mundial, ao citar o biólogo e ex-consultor da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) e do Centro de Controle e Prevenção de Doenças Infecciosas (CDC) dos Estados Unidos, Rob Wallace, que acredita que o mundo está inserido, cada vez mais, em um “Planeta Fazenda”, em que o agronegócio caminha para a centralização de praticamente toda a produção alimentar do mundo, de forma irresponsável, pois se apropria de terras protegidas, desmata e realiza plantios que dependem da utilização de diversos produtos químicos.

Além disso, Wallace defende que há uma relação direta entre as zoonoses e os moldes que a produção pecuária dominante adota hoje, a qual modifica

condições genéticas específicas e também altera o habitat das espécies em nome da maior produtividade. Isso acaba por interferir, segundo Wallace, de forma decisiva na saúde dos animais, facilitando o processo de transmissão de vírus e bactérias dos animais silvestres para os porcos, frangos, bovinos, entre outros animais “comerciais”.

Conseqüentemente, o problema vai muito além do que suscita uma visão sanitária, centrada na saúde pública, mas, sim, está em questionar um sistema de vida atual, que declarou guerra à Natureza, ao acreditar estar acima de seus limites.(BRASIL DE FATO,2020).

Dessa forma, são necessárias políticas públicas que visem a promoção da vida, em todas as suas representações, de modo a garantir a sustentabilidade da produção alimentar, mas também o equilíbrio da relação *ser humano x natureza*. Conforme Wallace destaca no livro *Pandemia e Agronegócio*, lançado em junho deste ano, a proliferação desenfreada e a exagerada mutação genética de microrganismos é resultado do modo de criação animal adotado nas últimas décadas, em que as espécies são submetidas a condições absurdas de confinamento. Tais práticas são compulsivas e já naturalizadas no sistema econômico atual, o que dificulta o debate e a crítica ao tratamento do animal como mera mercadoria, já que o objetivo final das enormes granjas de aves ou das grandes criações de suínos é gerar lucros cada vez mais altos às empresas responsáveis pelos mesmos. (WALLACE, 2020).

É urgente a adoção de um sistema econômico que coloque a busca por uma maior igualdade social em primeiro plano, para que todos os cidadãos possam acompanhar o desenvolvimento de seu país e terem condições semelhantes em termos de oportunidades e projeções pessoais e profissionais. A vida humana e de outras espécies deve estar acima do capital, por isso a necessidade da adoção de uma economia solidária, participativa, que valorize os mercados e culturas de cada região e, também, da utilização de técnicas agroecológicas na agricultura e na pecuária, que possibilitem a produção de alimentos necessários a uma vida digna e com menor agressão ambiental.

Quanto à pandemia, um artigo publicado por João Peres no site da *Editora Elefante*, no dia 13 de agosto de 2020, alerta para a postura equivocada de muitos governos da América do Sul no combate à Covid-19. O texto de Peres menciona o surgimento de uma nova variedade do vírus *influenza A*,

diagnosticado em um frigorífero no Paraná, na cidade de Ibiporã. O caso, de H1N2, foi relatado à OMS pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), a qual entende que o vírus é mais um com considerável potencial pandêmico. Porém, isso não significa, necessariamente, que irá causar uma nova pandemia, mas, para os pesquisadores é importante que a população, em geral, esteja atenta. “Dos 26 casos de influenza A H1N2 reportados no mundo desde 2005, esse é o segundo registrado no Brasil. O segundo no Paraná, um dos berços da suinocultura no país”. (PERES, 2020, p. 1).

Para Peres, após passarem 4 meses de preocupação com o isolamento social na América Latina (março a julho) devido à pandemia da Covid-19, “pensar que essa situação de exceção será cada vez mais a regra em nossas vidas já não é uma questão de sensacionalismo, mas de sensatez”. (PERES, 2020, p. 1). Rob Wallace também foi mencionado no artigo do brasileiro, que enfatizou os alertas do biólogo e epidemiologista sobre a proximidade cronológica que a população mundial estava de um surto de enorme proporção.

Wallace foi colocado na geladeira. Os vírus, não [...]. Para o epidemiologista, é um erro dizer que a pandemia de Sars-Cov-2 foi causada unicamente pela migração de morcegos a outros animais silvestres e a humanos”(PERES, 2020, p. 1).

O norte-americano, em seu livro *Pandemia e Agronegócio*, condena de forma veemente aqueles que tentam “anular” o impacto da agricultura no surgimento do novo coronavírus ou, ainda pior, negar que a origem dele tenha sido na China. Wallace indaga:

Como explicar a mudança de morcegos para pangolins e, talvez, para outras espécies intermediárias, como do porco para o homem, sem fazer menção à agropecuária (ou à extração de madeira ou à mineração)? A assinatura genética do vírus não aponta para um acidente de laboratório. (WALLACE, apud PERES, 2020, p. 1).

Segundo Peres, as grandes e rápidas mutações genéticas de microrganismos (como vírus e bactérias) apesar de impactantes, não são surpreendentes, pois não surgem de maneira inesperada. Conforme destaca, a criação de animais confinados cresceu exponencialmente nas últimas décadas, assim como o desmatamento passou a aumentar, com o objetivo de gerar novos espaços ao agronegócio e ampliar a cadeia global da alimentação, a qual é

tratada cada vez mais como um negócio e não como uma das poucas ações realmente essenciais à vida humana: comida de qualidade e água potável não são mercadorias, são produtos que deveriam ter seu acesso universal garantido a todas as pessoas que habitam o planeta. Porém, é de conhecimento comum que a realidade é muito mais complexa, mais por conveniência do que por condições que possam, de fato, limitar este acesso.

Com base nas várias reflexões expostas, sobre a multiplicidade da construção jornalística e do conhecimento agroecológico, o capítulo seguinte trará o desenvolvimento de uma análise, quantitativa e qualitativa, sobre a representação midiática da agroecologia, comparada ao agronegócio, nas matérias do portal *on-line* da Folha de São Paulo.

3 Agroecologia x Agronegócio na Folha de São Paulo: valor-notícia e enquadramentos

Este capítulo tem o objetivo de estabelecer a relação, quantitativa e qualitativa, entre todo o material teórico exposto até aqui e as diversas matérias sobre agricultura veiculadas pelo portal *on-line* de notícias da Folha de São Paulo, com foco na análise das narrativas acerca da agroecologia e do agronegócio.

De modo quantitativo, algo que pode representar a supervalorização deste com relação àquela é o próprio percentual de “aparições” do termo no período selecionado (20 de dezembro de 2019 a 30 de junho de 2020). Ao buscar a palavra “agroecologia”, encontramos apenas seis resultados neste intervalo. Se a procura fosse realizada considerando a expressão “agricultura familiar”, 43 respostas seriam apresentadas. Ainda, se a busca fosse pela palavra “agronegócio”, teríamos 251 correspondências. Esse dado é significativo pois pode ser um reflexo da gigantesca discrepância no juízo de valor atribuído a cada um dos modelos produtivos. Necessário destacar que entre os textos que versam sobre a agroecologia, 50% (três), são matérias de cunho opinativo.

3.1 Aplicação do conceito *agroecologia* nas pautas opinativas

Entre as datas selecionadas, a primeira matéria do gênero, divulgada no dia 20 de dezembro de 2019, foi publicada pelo caderno *empreendedor social*, com o título “Agroecologia reconstrói o caminho da sustentabilidade”. Escrito por José Dias, coordenador e captador de recursos do Centro de Educação Popular e Formação Social (CEPFS), o artigo discorre sobre como a agricultura passou por momentos de avanços e retrocessos. O autor pauta que, em sua origem, o sistema produtivo era regido pela própria natureza, que mostrava aos agricultores e agricultoras como plantar e colher sem desequilibrar o ecossistema. Com o desenvolvimento tecnológico, o setor agrícola mundial passou por inúmeras transformações. A partir da década de 1960, a utilização de agrotóxicos foi disseminada e intensificada por todo o planeta, por meio da chamada Revolução Verde, ou pacote verde, em que programas

governamentais foram criados para implantar práticas de manejo insustentáveis, “destruindo o acúmulo de conhecimento coletivo e, em seu lugar, impondo receitas geradoras de dependência e desequilíbrio ambiental”.

Entretanto, Dias frisa que a resistência de alguns grupos e práticas fez com que a construção coletiva de conhecimento ganhasse força novamente, por intermédio da agroecologia, que passou a desenhar a rota para retomar o equilíbrio após os estragos do pacote verde que, como lembra o autor, de verde só teve o nome.

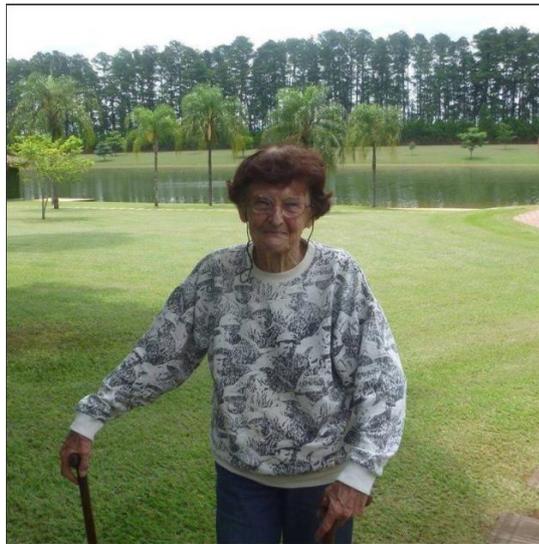


Produtores familiares de algodão sustentável em Catuti (MG) - Cilene Marcondes

A segunda matéria, de 6 de janeiro de 2020, é uma coluna do professor e ex-secretário de cultura de São Paulo, Nabil Bonduki. O texto teve como motivação o falecimento de uma das maiores pesquisadoras da área agroecológica no mundo, a engenheira agrônoma Ana Maria Primavesi⁶, aos 99 anos. Com o título “Mãe da agroecologia, Primavesi ensinou como produzir alimentos sem usar venenos”, o autor discorre sobre o legado deixado pela agrônoma, que teve papel fundamental na organização do primeiro curso de pós-graduação em agricultura orgânica no Brasil e na criação da Associação de

⁶ Ana Primavesi foi docente no Centro de Ciências Rurais da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) entre os anos de 1961 e 1974. Na universidade gaúcha, Primavesi ministrou aulas, coordenou o Laboratório de Biologia e de Análise de Solos e realizou pesquisas sobre produtividade de solos, deficiências minerais e agrostologia.

Agricultura Orgânica (AAO). Além disso, o próprio termo *agroecologia* é derivado de suas pesquisas e trabalhos na área, voltados, sobretudo, para entender a vida microscópica existente no solo e defender um sistema de cultivo que preze por um alto teor de matéria orgânica no mesmo, estimulado por técnicas (muito populares nos dias de hoje) como a adubação verde, o controle biológico de pragas, entre outras.



Ana Maria Primavesi, pioneira da agroecologia no Brasil - Reprodução/Facebook

Já a última publicação de cunho opinativo sobre o tema foi mais uma coluna de José Dias, divulgada no dia 18 de maio do último ano. Com título provocativo, a matéria “Estamos cuidando da casa comum?”, tem forte caráter subjetivo e busca aguçar a reflexão sobre o cuidado com o planeta e todas as formas de vida, especialmente no contexto da pandemia da Covid-19 que, na época, já contabilizava mais de 16 mil vítimas no Brasil. Entre os tópicos levantados por Dias está a indagação sobre os esforços humanos na busca pelo equilíbrio ecossistêmico.

A biodiversidade vem sendo preservada ou fortalecida? Ou, a ganância de alguns, estimulada pelos modelos de produção poluidores e sistemas econômicos promotores de injustiças sociais tem levado a uma produção, pesquisa e industrialização sem ética, onde impera a desigualdade social e o uso de pacotes de componentes químicos capazes não só de poluir o meio ambiente, promovendo grandes devastações na biodiversidade, mas, também colocando à disposição das populações alimentos contaminados que podem enfraquecer o sistema imunológico dos consumidores, tornando-os muito mais vulneráveis ao ataque de bactérias e vírus. (2020)

O autor lembra que já tivemos surtos epidemiológicos em que animais, como o suíno e o frango, foram vetores de transmissão para a espécie humana. Ele enfatiza a possibilidade de haver muitas dúvidas e até comprovações não divulgadas sobre a potencial ligação entre tais zoonoses e o modo de criação desses animais.

Com relação aos agrotóxicos aplicados nos cultivos agrícolas, o colunista lembra como a ação impacta, de forma direta, na taxa de mortalidade de microrganismos fundamentais para a manutenção do equilíbrio do ecossistema produtivo. Com o desequilíbrio instaurado, determinadas “pragas agrícolas” tendem a ganhar mais força, inclusive por desenvolverem resistência aos próprios agentes químicos, o que torna necessária a utilização de produtos cada vez mais agressivos, instaurando um ciclo vicioso extremamente nocivo não apenas para os seres humanos, mas para toda a biodiversidade.

Ao longo do texto, o próprio autor destaca que a resposta para o questionamento feito no título da matéria é negativa. Segundo Dias, não estamos cuidando da “casa comum”. Porém, ele conclui que evidências animadoras também são perceptíveis, como o surgimento de inúmeras ações de solidariedade na atual crise mundial, provocada pela Covid-19. “[...] a esperança é que a crise gere uma nova consciência, nas pessoas e nas empresas, de modo que a cooperação possa continuar no período pós-pandemia [...]”.

3.2 Demais matérias com o emprego do termo *agroecologia*

Além dos textos opinativos, há um obituário (publicado em 8 de janeiro de 2020) que informa sobre o falecimento de Ana Maria Primavesi, uma matéria de caráter culinário, divulgada no caderno *Restaurantes* em 24 de abril do ano passado e, por fim, uma notícia sobre a publicação de uma portaria pelo Ministério da Agricultura que determinava a aprovação automática de agrotóxicos que não fossem analisados em até 60 dias pela Secretaria de Defesa Agropecuária, veiculada no dia 27 de fevereiro de 2020.

No primeiro caso, a relação entre o texto “Mortes: Valorizou o solo, o campo e a sabedoria da vida alternativa” e o termo “agroecologia” é praticamente óbvia, dado os trabalhos e o reconhecimento de Primavesi no determinado campo de estudo. Já a segunda matéria, com o título “Fique em casa: veja dicas

de churrasqueiros renomados e onde comprar carne”, não há nenhuma ligação direta com a agroecologia, porém, a mesma menciona o termo ao descrever a propriedade rural orgânica *Monã* (ligada à Rede Ecovida de Agroecologia), local onde trabalha Daniel Castelli, que produz tábuas artesanais para churrasco. Por último, a notícia “Ministério da Agricultura dá licença a agrotóxicos que não forem analisados em 60 dias”, pode ser considerada a única pauta, dentre as seis explanadas, em que uma das “bandeiras” de luta que integra o discurso agroecológico (o combate ao uso de agentes químicos) é abordada em um texto informativo, algo que confronta os interesses de grandes produtores rurais e de empresas do ramo agropecuário.



Pulverização de plantação de milho no Paraná - Dirceu Portugal/Folhapress

A narrativa abre espaço para o discurso de um grande expoente da agroecologia na atualidade, o engenheiro agrônomo Leonardo Melgarejo, vice-presidente da Associação Brasileira de Agroecologia para a Região Sul. Melgarejo classificou como muito preocupante a decisão tomada pelo Ministério, apesar de não se impressionar com o ocorrido. À agência de notícias Reuters ele disse que a ação

Está dentro desse padrão em que há uma clara sinalização da ascendência do Ministério da Agricultura sobre a Saúde e o Meio Ambiente [...]. Um ministério que não ampliou sua capacidade de análise, o número de analistas, os laboratórios, como poderia reduzir o

prazo das análises? Que análises são essas que podem admitir dispensa?

Apesar de a grande mídia manter, ao longo da história, uma relação estreita com o agronegócio, nos últimos anos se percebe a abertura de maior espaço para críticas voltadas a determinadas posturas, em especial nas editorias de meio ambiente, como é o caso do texto citado acima. A pressão, não apenas de grupos ligados à agroecologia, mas também de ambientalistas e consumidores, tirou muitas pautas da invisibilidade ao lutar pela sua devida representatividade nos veículos de comunicação. Fato é que algumas ações, como o recorde de agrotóxicos liberados pelo Governo Federal, hoje mobilizam grande número de pessoas contra condutas tidas como absurdas no período atual. Na época da notícia, o ano de 2019 ocupava o topo do *ranking* no quesito, com 474 novos produtos disponibilizados, o maior número desde o início da divulgação dos dados, em 2005. Contudo, uma quantidade ainda maior de agentes químicos foi liberada pelo Ministério da Agricultura em 2020, quando mais 493 agrotóxicos passaram a integrar o mercado brasileiro.

O texto ainda trata de outra questão. Um projeto de lei proposto pela bancada ruralista no Congresso o qual modifica algumas das prerrogativas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e do Ministério do Meio Ambiente, com o objetivo de aumentar o poder do Ministério da Agricultura na avaliação dos impactos de produtos químicos na saúde e na natureza. O projeto de lei (PL) 6299/2002 foi aprovado pela comissão especial da Câmara em 2018, entretanto ainda não chegou a ser votado em plenário.

3.3 O agronegócio nas publicações do *site* da Folha de São Paulo

Quando a pauta é o agronegócio brasileiro, o assunto ganha um lugar de enorme destaque no jornalismo nacional. Como já exposto, foram 251 menções ao termo nas matérias virtuais da Folha de São Paulo durante o período analisado. Trata-se, por óbvio, de um dos principais mercados de exportação de *commodities* do mundo, em que a balança comercial teve um saldo positivo de 100,81 bilhões de dólares no ano de 2020 e garantiu, em conjunto com a agricultura familiar, mais de 26% de participação no PIB (Produto Interno Bruto)

do Brasil neste intervalo, de acordo com dados do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa).

Contudo, o modelo de plantio dominante, responsável pela grande maioria dos lucros do setor primário, ainda depende de monoculturas, como a de soja (US\$ 35,24 bilhões) e cana-de-açúcar (US\$ 9,99 bilhões), prática muito criticada por ambientalistas e defensores da agroecologia, principalmente por causar desequilíbrios ecossistêmicos, como já abordado. Além disso, de acordo com a pesquisa “O Comércio Internacional e a Sustentabilidade Socioambiental no Brasil”, realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e divulgada em fevereiro de 2011, a exportação de matérias-primas ou produtos pouco beneficiados, têm menor capacidade em gerar riqueza e empregos, assim como em arrecadar tributos, quando comparados com o desenvolvimento industrial e tecnológico dos mesmos produtos dentro do país. O estudo também salienta que a comercialização de matérias-primas tem impacto negativo na evolução industrial e tecnológica do país, “pois se restringe a estimular a produção de equipamentos para a cadeia, deixando de fortalecer a industrialização relacionada ao beneficiamento de tais recursos”. (IPEA, 2011).

Além das questões econômicas, a produção e exportação de *commodities* gera diversos problemas de ordem ambiental e social que, conforme o Instituto, “precisam ser levados em consideração pelos tomadores de decisão”.

Sob a perspectiva ambiental, muitos desses setores têm impactos negativos sobre a biodiversidade do país, uma vez que exigem o estabelecimento de monoculturas em grande escala, como por exemplo cana-de-açúcar, soja ou eucalipto. O modelo produtivo dessas indústrias é ainda muitas vezes intensivo no uso de agrotóxicos, contribuindo para a contaminação do solo e dos recursos hídricos. Além disso, a produção de ferro-gusa e aço, bem como as queimadas da cana-de-açúcar, tem importante impacto poluidor sobre a atmosfera. (IPEA, 2011).

Na esfera social, um dos impactos causados pela produção de *commodities* é o desenvolvimento de um sistema de competição com a agricultura familiar (devido ao fato daquela ser intensiva em terra), o que contribui com o êxodo rural. Além disso, os agrotóxicos, utilizados em grande escala, contaminam a classe produtora e as comunidades rurais, enquanto a colheita de cana-de-açúcar e a produção de carvão vegetal apresentam, por vezes, condições indignas de trabalho.

O autor Thiago da Silva Melo, em seu artigo: “A ideologia por trás do termo agronegócio”, discorre sobre o surgimento da expressão, formulada em 1957 pelos estadunidenses John Davis e Ray Goldberg e, incorporada no cenário agrícola brasileiro com o objetivo de “representar a modernização da agricultura, o aumento da produtividade e com a finalidade política e ideológica de melhorar a imagem da grande propriedade no imaginário social, sempre associada à improdutividade, à violência e entrave ao desenvolvimento econômico do país”. (MELO, 2018, p. 2).

Entre a totalidade de matérias em que o termo “agronegócio” está presente, muitas não tratam diretamente sobre o assunto (assim como os textos que citam a agroecologia não a abordam, necessariamente, como pauta principal). Na atualidade, expressão não apenas se consolidou como forma de representar a cadeia de produção e venda das grandes propriedades, mas também já é vista por grande parcela da população como a definição de qualquer tipo de atividade agropecuária que envolva o cultivo/criação e a posterior venda de alimentos e demais materiais agrícolas.

De forma oficial, o agronegócio já é tratado por órgãos governamentais, por políticos e também por uma parcela significativa da imprensa, como a exata denominação do setor primário da economia. Dados relativos à participação da agricultura na composição do Produto Interno Bruto (PIB) são unificados, sem que haja uma adequada separação entre as grandes fazendas agrícolas e as pequenas unidades de produção, formadas por famílias agricultoras. De acordo com informações do Censo Agropecuário de 2017, 77% dos estabelecimentos rurais contabilizados foram classificados como pertencentes à agricultura familiar, que também responde por 23% da totalidade da produção agrícola do país. O chamado “PIB do agronegócio” engloba todas as atividades agropecuárias sem considerar as enormes divergências entre os métodos e as finalidades produtivas. O agronegócio prioriza a competição de mercado e o lucro, enquanto a agricultura familiar está voltada, sobretudo, para o cultivo de subsistência e a venda de excedentes.

3.4 Matérias com o emprego da expressão *agronegócio*

Conforme já destacado, 251 pautas foram selecionadas na pesquisa simplesmente por fazer referência ao termo *agronegócio*, desta forma, para atender aos objetivos propostos no trabalho, serão selecionadas as que têm mais proximidade com a pesquisa.

A primeira foca na adoção de medidas, por parte do Governo Federal, para favorecer o setor. Chama atenção o fato de o texto não realizar nenhuma diferenciação entre os diversos grupos de agricultores e agricultoras e as suas necessidades específicas (inclusive pela inserção de todos sob o “manto” do *agronegócio*). Já o outro texto selecionado discorre, de forma bem específica, sobre o montante destinado ao suporte agrícola no período pandêmico. A matéria, assim como qualquer outra do intervalo analisado, deixa de abordar os maiores problemas enfrentados pela agricultura familiar, como as dificuldades no escoamento da produção (em razão do isolamento social) e os juros altos para concessão de crédito.

Matéria 1: “Brasil trabalha em pacote de medidas para favorecer *agronegócio*, diz ministra”



Tereza Cristina, ministra da Agricultura - REUTERS/Adriano Machado

O texto, publicado em 22 de junho de 2020, trata da concessão de crédito, por parte do Estado, a produtores rurais. Na época, a ministra do Mapa, Tereza Cristina, conversou com o representante do Banco Central, Roberto Campos Neto, acerca de possíveis ações infralegais que facilitariam o processo. A notícia ainda cita que, em entrevista à *BandNews*, Cristina afirmou que tais medidas poderiam ser implementadas em breve, já que não dependeriam da validação do Congresso. Também comentou que há propostas que aguardam a aprovação do Parlamento, como um projeto de lei (PL) que busca ampliar a área de conexão à internet no campo.

De fato, o Governo Federal buscou ajudar os produtores rurais, contudo a agricultura familiar ficou em segundo plano. Em pauta não divulgada pela Folha de São Paulo, o presidente Jair Bolsonaro, por meio da publicação da Medida Provisória (MP) 897, que ficou conhecida como “MP do Agro”, promulgou, no dia 19 de agosto de 2020, três tópicos da denominada “Lei do Agro”, que haviam sido vetados pelo Congresso. No dia 29 do mesmo mês, o Brasil de Fato publicou uma matéria com o seguinte trecho:

Resultante da Medida Provisória (MP) 897, a nova legislação criou facilidades para o acesso a crédito e financiamento de dívidas de grandes produtores rurais, desonerou o segmento nas contribuições relativas à Seguridade Social e em taxas de cartório, entre outros aspectos. Pouco debatida publicamente, a MP passou ao largo das propostas mais midiáticas do Congresso e também trouxe a possibilidade de abertura do financiamento do agronegócio para inserção do capital estrangeiro. (BRASIL DE FATO, 2020).

Por outro lado, o PL 735/2020, que pedia medidas emergenciais para famílias agricultoras e foi aprovado na Câmara, contou com o veto presidencial em pontos importantes, como na concessão de 2 mil e quinhentos reais (6 mil para mulheres chefes de família), em única parcela, para cada unidade familiar.

Também foram excluídos do texto do PL 735 a previsão de um aporte de recursos para o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), a renegociação de dívidas de pequenos agricultores e a concessão de um auxílio emergencial de cinco parcelas no valor de R\$ 600 para o segmento. (BRASIL DE FATO, 2020).

Matéria 2: “Agronegócio fica com 17% do socorro de bancos públicos na pandemia”

Crédito de emergência liberado por bancos públicos		
Em R\$ bilhões		
Crédito de emergência liberado por bancos públicos ▼	Valor (R\$ bilhões)	Percentual do total (%)
Agronegócio	30 (25 do BB e 5 da Caixa)	16,90
Compra de carteira de bancos pequenos e médios	30 (30 da Caixa)	16,90
Empresas	88 (48 do BB e 40 da Caixa)	49,40
Estados e municípios	3 (3 do BB)	1,70
Hospitais	3 (3 da Caixa)	1,70
Pessoas físicas	24 (24 do BB)	13,4
Total disponibilizado	178	100

Publicada no dia 22 de março de 2020, a narrativa comenta sobre a distribuição de linhas de crédito pelo Banco do Brasil e pela Caixa Econômica Federal. Juntos, os dois órgãos somaram 178 bilhões de reais voltados ao enfrentamento da então nascente crise da Covid-19. Dessa fatia, 30 bilhões (16,9%) foram destinados ao setor agrícola, para serem aplicados na “ampliação do crédito para capital de giro, adiamento de parcelas de dívidas e alongamento de prazos dos débitos”. O texto ressalta que alguns setores sofreriam mais com os efeitos da pandemia e necessitariam de atenção especial, citando como exemplo a produção de flores (que seria afetada pela ausência das datas comemorativas) e de frutos do mar (o qual sairia prejudicado com o fechamento dos restaurantes).

Apesar do vasto montante destinado às atividades do campo, a matéria não cita quais as regras para a aquisição dos benefícios e quantos/quais produtores realmente se beneficiariam com as medidas. No dia em que a notícia foi publicada, o destino das verbas ainda não estava definido de fato, mas não há outro texto no *site* que esclareça tal questão. O que ficou claro, na medida em que a crise se agravava, foi o descontentamento de enorme parcela de famílias agricultoras com relação à falta de investimentos públicos que auxiliassem na superação das dificuldades impostas pela pandemia.

Entretanto, tal cenário foi pouco explorado pela Folha de São Paulo e na grande mídia como um todo. Os créditos emergenciais, liberados pelo Governo Federal, sob juros altíssimos (4,6% para pequenos produtores), ainda no mês de abril, apenas receberam espaço entre as pautas do Grupo Folha em agosto, por meio do texto: “Crédito rural aumenta na pandemia, mas pequeno tem dificuldade para receber”. Porém, a narrativa pouco se propõe a ouvir críticas e propostas de alternativas à situação, já que sua maior parte ficou reservada a informações sobre a maior injeção de capital no setor e os questionáveis benefícios da chamada Lei do Agro.

Mesmo com a disponibilização de até 20 mil reais por pessoa, os juros de 4,6% (valor superior a taxa Selic da época, cotada em 3,75%), inviabilizaram o crédito para a maioria dos agricultores e agricultoras. Em matéria publicada pelo portal *on-line* de notícias do Brasil de Fato, no dia 28 de abril do ano passado, com o título “Medidas emergenciais anunciadas pelo governo à agricultura familiar não saem do papel”, Aristides dos Santos, presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), salientou a pouca probabilidade de que o crédito disponível fosse acessado por grande parte das famílias agricultoras.

Você está dizendo que lançou o crédito, mas o trabalhador não vai acessar. Por dois motivos: um que o banco não vai fazer e, no que o banco topa fazer, o trabalhador vai ter dificuldade de pagar o juro maior. Se acessar, não parece tão emergencial assim, porque isso não é juro emergencial. Juro emergencial é juro zero, é rebate para incentivar o pagamento com adimplência. Isso é emergencial. (BRASIL DE FATO, 2020).

Na notícia são relatadas as adversidades enfrentadas pelos pequenos produtores(as) para contornar problemas, como o fechamento das feiras de

produtos agrícolas em razão do isolamento social, a ausência de uma rede logística adequada para ofertar os produtos e o cortes de verba em políticas públicas, como o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA) e o Programa Nacional de Alimento Escolar (PNAE). Este último compra produtos da agricultura familiar para a composição das merendas nas escolas públicas e foi fortemente afetado pela interrupção das aulas presenciais da educação básica.

Para se ter noção, o Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (FBSSAN) e a Articulação do Semiárido (ASA) realizaram uma pesquisa com cerca de 4,5 mil produtores(as), organizados em 168 grupos distintos e distribuídos por 108 municípios da região Nordeste e/ou no Semiárido brasileiro, sobre o impacto da pandemia na comercialização de seus produtos. Em 2019, a somatória dos rendimentos de todas as famílias contabilizava aproximadamente 27 milhões de reais. Já os dados referentes ao período de janeiro a setembro de 2020 refletem o impacto da crise da Covid-19 sobre o setor, com somente 3,6 milhões de reais arrecadados pelos agricultores e agricultoras, “o que, em grande medida, corresponde a vendas feitas antes das medidas de isolamento social”. (FBSSAN; ASA, 2020). Isso representa uma redução de 87%.

Exceto em algumas colunas de opinião, é raro encontrar textos que realmente exponham as mazelas do sistema agroexportador brasileiro. Por isso a mídia independente exerce papel importantíssimo na divulgação de pesquisas, dados e ações que representam a oposição às práticas do modelo produtivo dominante. Conforme defende Humberto Palmeira, membro da coordenação do Movimento dos Pequenos Agricultores, em reportagem do Brasil de Fato, veiculada no dia 28 de abril de 2020,

O agronegócio não tem nenhum compromisso com a produção de alimentos para o povo brasileiro. O compromisso do agronegócio é a produção de commodities para atender a demanda do mercado internacional. Soja, milho, algodão, eucalipto e cana, boi, aves e suínos. A única proposta que permite transitarmos um projeto que garanta a alimentação na mesa do campo e na cidade é a agricultura familiar, a prática mostra isso. (BRASIL DE FATO, 2020).

O texto “Sem apoio, agricultores perdem produtos enquanto populações vulneráveis passam fome”, retrata o paradoxo da insegurança alimentar vivida por diversas famílias brasileiras durante a pandemia, ao mesmo tempo que grandes quantidades de alimentos da agricultura foram desperdiçados por dificuldades de comercialização durante o período de isolamento social. A matéria também frisa a luta do MPA por um Plano Safra Emergencial, direcionado às famílias agricultoras de pouca terra, porém a pauta também foi inviabilizada pelos grandes conglomerados midiáticos.

Dessa forma, a análise realizada permite identificar que as matérias sobre agricultura, divulgadas pelo portal *on-line* da Folha de São Paulo entre 20 de dezembro de 2019 e 30 de junho de 2020, prezam pela valorização do sistema agrícola dominante, o agronegócio, mesmo diante de uma pandemia que estimula inúmeras reflexões acerca da necessidade de adoção de modelos cada vez mais sustentáveis, inclusive para a prevenção de futuras epidemias, que podem ter animais criados para o consumo como hospedeiros intermediários de doenças, a exemplo da *Influenza A H1N1*, que teve sua origem na criação de suínos.

Pautas informativas sobre as mazelas do agronegócio não foram encontradas (o que é característico da grande mídia como um todo), assim como fontes importantes da agroecologia que, além da questão ambiental e social, evidenciam a real aplicabilidade econômica da adoção do sistema produtivo (que só prejudicaria a pequena elite agrária do país), também foram deixadas de lado. Assim, se mostrou perceptível a tendência do veículo em enquadrar o agronegócio como sistema dominante que, na concepção divulgada, engloba a agricultura familiar e talvez até a própria agroecologia. Portanto, além de se mostrar bem ausente, nas pautas em que a área aparece, princípios fundamentais da agroecologia não foram expostos (exceto nas colunas opinativas), como a priorização da alimentação da sociedade e não a busca primária pelo lucro.

Considerações Finais

A partir da análise desenvolvida foi possível identificar que, conforme cenário idealizado no referencial teórico desta pesquisa, a representante da imprensa tradicional, ou grande mídia, Folha de São Paulo, abordou a temática agroecológica em raríssimas ocasiões e, quando o fez, contou com o intermédio de colunas de opinião e/ou narrativas em que a agroecologia não foi a principal personagem, abordando-a de forma simplista e reducionista.

Um dado interessante da análise refere-se ao conceito multifatorial do termo “agroecologia”, explanado na introdução deste estudo, e que, de acordo com a observação feita, não foi sequer mencionado nas matérias que citaram a expressão. Deste universo podemos destacar: a importância da valorização dos mercados e culturas locais, em detrimento das grandes cadeias produtivas; a formação de cooperativas de famílias agricultoras; o trabalho realizado por movimentos sociais ligados à questão agrária, como o MST e o MPA e o combate à transgenia.

Por outro lado, os textos referentes ao agronegócio deixaram de colocar em pauta inúmeras deficiências do modelo produtivo em questão. Com exceção de algumas pautas opinativas, não foram encontradas nas matérias que englobam a grande produção agropecuária brasileira, críticas a enorme concentração de terra, que contribui com a miséria no campo e já atinge cerca de 12% dos estabelecimentos rurais do Brasil. Esses dados consideram o levantamento realizado pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede PENSSAN), datado de dezembro de 2020 e divulgado em abril deste ano de 2021.

De acordo com dados do IBGE, divulgados em setembro do último ano, a fome já atinge mais de 10 milhões de brasileiros (26% deles residentes na área rural), apesar de o Brasil liderar diversos setores no *ranking* global de produção agrícola e estar entre os países com maior percentual de terras agricultáveis no mundo. Críticas ao sistema agroexportador também não foram expostas, apesar da gigantesca produção (soja, milho, algodão, carnes, entre outros) escoada para o mercado internacional com redução na alíquota de tributação do Estado,

enquanto grande parcela da população brasileira sofre com a insegurança alimentar.

Posterior ao período de análise desta pesquisa, houve o veto presidencial a diversos auxílios à agricultura familiar (presentes no PL 735, aprovado em plenário). O projeto de lei foi abordado acima por ter sido divulgado pelo Jornal Brasil de Fato, representante da mídia alternativa. Contudo, a Folha de São Paulo se absteve da divulgação de um dado que impacta diretamente na cadeia produtiva de 23% dos estabelecimentos agrícolas. Desse modo, é perceptível o interesse do Grupo Folha em pautar o agronegócio, nos moldes pouco sustentáveis no qual é desenvolvido, como sistema insubstituível à garantia do desenvolvimento econômico nacional e ao abastecimento do mercado alimentar, já que, a exemplo de outros grupos midiáticos que também integram a grande mídia, pouco se esforça para abrir o debate e levar maiores informações sobre realidades produtivas distintas.

No capítulo *Jornalismo e Publicidade*, foram feitas reflexões acerca dos valores e normas pós-modernas inseridas na rotina de produção da grande mídia, que se revela cada vez mais atrelada à linguagem publicitária e imersa no que Marshall (2003, p. 16) define como “estetização cultural generalizada”. A subjetivização excessiva da notícia, tratada pela mídia hegemônica como mercadoria, acaba por distanciar as pessoas da mensagem, direta e objetiva, que têm o direito de receber.

A presente pesquisa buscou mostrar os distintos enfoques discursivos que podem permear a divulgação de um mesmo tema, assim como revelar a alta subjetividade inserida dentro do chamado valor-notícia, com o propósito final de contribuir na construção de um jornalismo que conceda voz aos setores mais invisibilizados da sociedade e no desenvolvimento de materiais que estimulem a população a refletir acerca das armadilhas do enquadramento adotado pelos grandes veículos de comunicação, a exemplo da Folha de São Paulo, que orientam a interpretação da realidade relatada sob a máscara da objetividade.

Com base no desenvolvimento da análise no capítulo 3, se pode constatar que a presença de veículos de comunicação independentes se mostra essencial para a veiculação de abordagens mais amplas e integradoras, realizadas por

jornalistas que dispõem de maior liberdade e capacidade crítica para desafiar temas hegemônicos, com o compromisso final de atender o interesse público (algo que deveria ser a regra), mesmo quando há contrastes com interesses econômicos e/ou políticos dominantes.

Por fim, o desenvolvimento e conclusão desta pesquisa evidenciam a capacidade de impacto do enquadramento noticioso sobre a construção de sentido das produções jornalísticas divulgadas pelos meios de comunicação e a importância da reflexão social acerca dos interesses ideológicos e comerciais por trás de conteúdos veiculados (ou não veiculados) como imparciais. O estudo pode ser ampliado, sem dúvida, por meio da análise de um maior número de narrativas que possibilitem a interação com mais conceitos teóricos aqui explanados, além da possibilidade de se estabelecer comparações entre diferentes grupos midiáticos, da grande mídia e da mídia independente.

No que se refere aos objetivos idealizados para a construção do trabalho, é possível registrar que, em grande parte, foram atingidos, isso porque os resultados apontaram para a necessidade de um maior engajamento das grandes empresas de comunicação com conceitos e grupos que compõem setores importantes da sociedade, como famílias agricultoras (muitas delas sem-terra) e movimentos sociais, que são, muitas vezes, invisibilizados pelo discurso hegemônico dos grandes conglomerados midiáticos. Além disso, a pesquisa também evidenciou a importância da reflexão popular acerca dos efeitos de sentido produzidos pelo discurso noticioso. São dois aspectos que, caso venham a contribuir nas discussões gerais acerca do enquadramento jornalístico, na formulação de novos projetos de pesquisa e/ou na motivação de acadêmicos de jornalismo e jornalistas para a reforma do *modus operandi* comum da profissão, irão completar, totalmente, os objetivos idealizados para o presente trabalho.

REFERÊNCIAS

PAIVA, Raquel; AZEVEDO, Elaine. **Agroecologia e a mídia: (in)visibilidades, atores e enquadramentos.** Disponível em: <<http://cadernos.aba-agroecologia.org.br/index.php/cadernos/article/download/1093/936>> Acesso em: 04 out. 2019.

CAPORAL, Francisco; COSTABEBER, José; PAULUS, Gervásio. **AGROECOLOGIA COMO MATRIZ DISCIPLINAR PARA UM NOVO PARADIGMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL.** Disponível em: <<https://www.agrerverdes.com.br/biblioteca/biblioteca/Agroecologia/G%C3%AAneros%20e%20a%20Agroecologia/AGROECOLOGIA%20COMO%20MATRIZ%20DISCIPLINAR%20PARA%20UM%20NOVO.pdf>> Acesso em: 4 out. 2019.

PAIVA, Raquel. **Entre a Ciência e a Mídia: um Olhar Sobre a (re)significação do Conceito de Agroecologia.** Disponível em: <<http://repositorio.ufes.br/jspui>> Acesso em: 5 out. 2019.

FACCIN, Olívio Pedro; Schmidt, Carmen Elizabete Finkler. **Sucessão nas Propriedades Rurais Familiares Integrantes de uma Cooperativa Agropecuária.** Disponível em: <http://www.emater.tche.br/site/arquivos_pdf/teses/Olvio%20Faccin.pdf> Acesso em: 19 nov. 2019.

GOMES DOS SANTOS, Anderson David. **A campanha publicitária “Agro é tech, agro é pop, agro é tudo”, da Rede Globo de Televisão, como difusora da propaganda sobre o agronegócio no Brasil.** Disponível em: <<https://seer.ufs.br/index.php/eptic/article/view/10910>> Acesso em: 12 nov. 2019.

GONÇALVES, Telmo. **A ABORDAGEM DO ENQUADRAMENTO NOS ESTUDOS DO JORNALISMO.** Disponível em: <<https://revistas.ulusofona.pt/index.php/caledoscopio/article/view/2268>> Acesso em: 20 out. 2019.

DE BRUM, Juliana. **A Hipótese do Agenda Setting: Estudos e Perspectivas.** Disponível em: <<http://www.razonypalabra.org.mx/antiores/n35/jbrum.html>> Acesso em: 6 nov. 2019.

PORFÍRIO, Francisco. **Indústria cultural.** Disponível em: <<https://brasilecola.uol.com.br/filosofia/industria-cultural.htm>> Acesso em: 24 nov. 2019.

DOS SANTOS, Donminique Azevedo. **Uma análise de enquadramento.** Disponível em: <<http://observatoriodaimprensa.com.br/diretorio-academico/uma-analise-de-enquadramento/>> Acesso em: 18 out. 2019.

GUIMARÃES DA COSTA, Belarmino Cesar. **BARBÁRIE ESTÉTICA E PRODUÇÃO JORNALÍSTICA: A ATUALIDADE DO CONCEITO DE INDÚSTRIA CULTURAL.** Disponível em: <<http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/82316859682328381742700121884901359919.pdf>> Acesso em: 24 nov. 2019.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. **A PRODUÇÃO DA IMPARCIALIDADE A construção do discurso universal a partir da perspectiva jornalística.** Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/107/10717457004.pdf>> Acesso em: 5 nov. 2019.

PORTO, Gabriella. **Teorias da Comunicação.** Disponível em: <<https://www.infoescola.com/comunicacao/teorias-da-comunicacao/>> Acesso em: 12 out. 2019.

FERREIRA, Giovandro Marcus; DALMONTE, Edson Fernando. **Webjornalismo, critérios de noticiabilidade e efeitos de sentido.** Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/1803/1/Webjornalismo%2c%20crit%3a9rios%20de%20noticiabilidade%20e%20efeitos%20de%20sentido.pdf>> Acesso em: 23 nov. 2019.

MACHADO DE OLIVEIRA, Walber; VIEIRA FILHO, José Eustáquio Ribeiro. **SUCESSÃO NAS FAZENDAS FAMILIARES: PROBLEMAS E DESAFIOS.** Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8358/1/td_2385.pdf> Acesso em: 21 nov. 2019.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. **Agricultura familiar emprega mais de 10 milhões de pessoas, mostra Censo Agropecuário.** Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/noticias/agricultura-familiar-emprega-mais-de-10-milhoes-de-pessoas-mostra-censo-agropecuario>> Acesso em: 19 nov. 2019.

GOMES DOS SANTOS, Anderson David. **A campanha publicitária “Agro é tech, agro é pop, agro é tudo”, da Rede Globo de Televisão, como difusora da propaganda sobre o agronegócio no Brasil.** Disponível em: <<https://seer.ufs.br/index.php/epitic/article/viewFile/10910/8460>> Acesso em: 17 nov. 2019.

CAPORAL, Francisco; COSTABEBER, José; PAULUS, Gervásio. **Agroecologia: matriz disciplinar ou novo paradigma para o desenvolvimento rural sustentável.** Disponível em: <<http://biblioteca.emater.tche.br:8080/pergamumweb/vinculos/000005/000005f5.pdf>> Acesso em: 12 out. 2019.

CHRISTOFOLETTI, Rogério. **Vitrine e vidraça - Crítica de Mídia e Qualidade no Jornalismo.** Disponível em < http://www.labcom-ifp.ubi.pt/ficheiros/20101103-christofoletti_vitrine_2010.pdf> Acesso em: 27 de set. 2019.

MARSHALL, Leandro. **O Jornalismo na Era da Publicidade.** 70 ed. São Paulo: Summus, 2003.

NASCIMENTO, Luciano. Balança comercial do agronegócio soma US\$ 100,81 bilhões em 2020. **Agência Brasil.** Brasília, 13 de jan. 2021. Disponível em <Balança comercial do agronegócio soma US\$ 100,81 bilhões em 2020 (ebc.com.br)> Acesso em: 12 de abr. 2021.

PERES, João. O Brasil já está cozinhando a próxima pandemia? **Bocado.** 12 de ago. 2020. Disponível em <O Brasil já está cozinhando a próxima pandemia? • bocado> Acesso em: 06 de out. 2020.

RIBEIRO, Sílvia. O perigoso discurso da emergência climática. **Instituto Humanitas Unisinos.** 29 de out. 2019. Disponível em <<http://www.ihu.unisinos.br/593866-o-perigoso-discurso-da-emergencia-climatica-artigo-de-silvia-ribeiro?fbclid=IwAR3WlfcOGLDnCtg7xCAfSc6U9UVyM3nDR-pfR3GA9APm-OywGAtHXyDNj20>> Acesso em: 08 de jun. 2020.

VALDERRAMA, Andrés. Agroecologia frente às pandemias modernas. **Brasil de Fato.** 30 de mar. 2020. Disponível em <<https://www.brasildefato.com.br/2020/03/30/artigo-agroecologia-frente-as-pandemias-modernas>> Acesso em: 08 de jun. 2020.

DIAS, José. Agroecologia reconstrói o caminho da sustentabilidade. **Folha de São Paulo.** 20 de dez. 2019. Disponível em <<https://www1.folha.uol.com.br/empreendedorsocial/2019/12/agroecologia-reconstrui-o-caminho-da-sustentabilidade.shtml>> Acesso em: 15 de jun. 2020.

PARAGUASSU, Lisandra. Ministério da Agricultura dá licença a agrotóxicos que não forem analisados em 60 dias. **Folha de São Paulo.** 27 de fev. 2020. Disponível em: <Ministério da Agricultura dá licença a agrotóxicos que não forem analisados em 60 dias - 27/02/2020 - Ambiente - Folha (uol.com.br)> Acesso em: 15 de jun. 2020.

PASQUINI, Patrícia. Mortes: Valorizou o solo, o campo e a sabedoria da vida alternativa. **Folha de São Paulo.** Disponível em < Mortes: Valorizou o solo, o campo e a sabedoria da vida alternativa - 08/01/2020 - Cotidiano - Folha (uol.com.br)> Acesso em: 16 de jun. 2020.

BONDUKI, Nabil. Mãe da agroecologia, Primavesi ensinou como produzir alimentos sem usar veneno. **Folha de São Paulo.** 6 de jan. 2020. Disponível em <Mãe da agroecologia, Primavesi ensinou como produzir alimentos sem usar veneno - 06/01/2020 - Nabil Bonduki - Folha (uol.com.br)> Acesso em: 16 de jun. 2020.

DIAS, José. Estamos cuidando da casa comum? **Folha de São Paulo**. 18 de mai. 2020. Disponível em <Estamos cuidando da casa comum? - 18/05/2020 - Empreendedor Social - Folha (uol.com.br)> Acesso em: 22 de jun. 2020.

CONSIGLIO, Marina. Fique em casa: veja dicas de churrasqueiros renomados e onde comprar carne. **Folha de São Paulo**. 24 de abr. 2020. Disponível em <Fique em casa: veja dicas de churrasqueiros renomados e onde comprar carne - 24/04/2020 - Restaurantes - Guia Folha (uol.com.br)> Acesso em: 22 de jun. 2020.

TABAK, Bernardo. Exportação focada em commodities cria problemas, diz Ipea. **G1**. 22 de fev. 2011. Disponível em <Economia - Exportação focada em commodities cria problemas, diz Ipea (globo.com)> Acesso em: 02 de ago. 2021.

MELO, Thiago da Silva. **A ideologia por trás do termo agronegócio**. Disponível em <A IDEOLOGIA POR TRÁS DO TERMO AGRONEGÓCIO | Melo | PEGADA - A Revista da Geografia do Trabalho (unesp.br)> Acesso em: 02 de ago. 2021.

SAMPAIO, Cristiane. Bolsonaro veta socorro para pequenos produtores, mas libera benesses para o 'agro'. **Brasil de Fato**. 29 de ago. 2020. Disponível em <Bolsonaro veta socorro para pequenos produtores, mas libera | Política (brasildefato.com.br)> Acesso em: 03 de ago. 2021.

BRASIL TRABALHA EM PACOTE DE MEDIDAS PARA FAVORECER AGRONEGÓCIO, DIZ MINISTRA. **Folha de São Paulo**. 22 de jun. 2020. Disponível em <Brasil trabalha em pacote de medidas para favorecer agronegócio, diz ministra - 22/06/2020 - Mercado - Folha (uol.com.br)> Acesso em: 02 de ago. 2021.

CARAM, Bernardo. Agronegócio fica com 17% do socorro de bancos públicos na pandemia. **Folha de São Paulo**. 22 de mar. 2020. Disponível em <Agronegócio fica com 17% do socorro de bancos públicos na pandemia - 22/03/2020 - Mercado - Folha (uol.com.br)> Acesso em: 02 de ago. 2021.

GIMENES, Erick. Medidas emergenciais anunciadas pelo governo à agricultura familiar não saem do papel. **Brasil de Fato**. 24 de abr. 2020. Disponível em <Medidas emergenciais anunciadas pelo governo à agricultura | Política (brasildefato.com.br)> Acesso em: 5 de ago. 2021.

FBSSAN E ASA APRESENTAM LEVANTAMENTO SOBRE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NA PANDEMIA. **Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional**. 03 de nov. 2020. Disponível em <FBSSAN e ASA apresentam levantamento sobre Alimentação Escolar na pandemia – FBSSAN> Acesso em 09 de ago. 2021.

SAMPAIO, Cristiane. Fome atinge 10,3 milhões e 44% das famílias rurais. **Brasil de Fato**. 17 de set. 2020. Disponível em <Fome atinge 10,3 milhões e 44% das famílias rurais | Direitos Humanos (brasildefato.com.br)> Acesso em: 07 de ago. 2021.

GIOVANAZ, Daniel. Agronegócio pagou apenas R\$ 16,3 mil em imposto de exportação. **Brasil de Fato**. 08 de dez. 2020. Disponível em <Agronegócio pagou apenas R\$ 16,3 mil em imposto de exportação | Geral (brasildefato.com.br)> Acesso em: 09 de ago. 2021

ALEMANHA, REINO UNIDO, CHINA E ONU PEDEM ESTÍMULO VERDE PARA A RECUPERAÇÃO ECONÔMICA PÓS-COVID-19. **Instituto Humanitas Unisinos**. 01 de mai. 2020. Disponível em <Alemanha, Reino Unido, China e ONU pedem estímulo verde para a recuperação econômica pós-COVID-19 - Instituto HumanitasUnisinos - IHU> Acesso em: 07 de jul. 2020.

CHEFE DA ONU DIZ QUE MUNDO TEM “OPORTUNIDADE RARA” E APONTA SEIS AÇÕES CLIMÁTICAS PARA RECUPERAÇÃO. **ONU News**. 28 de abr. 2020. Disponível em <Chefe da ONU diz que mundo tem “oportunidade rara” e aponta seis ações climáticas para recuperação | ONU News> Acesso em: 26 de ago. 2021.

AGENDA 2030 PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. **Confederação Nacional de Municípios**. Disponível em <Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS (cnm.org.br)> Acesso em: 26 de ago. 2021.

ALVES, Yago Modesto; BITAR, Marina Parreira. **Novas formas de financiamento no jornalismo sem fins lucrativos**. Disponível em <Visualização de Novas formas de financiamento no jornalismo sem fins lucrativos (up.pt)> Acesso em: 27 de ago. 2021.

O QUE DESCOBRIMOS COM O MAPA DO JORNALISMO INDEPENDENTE. **Agência Pública. 21 de nov. 2016**. Disponível em <O que descobrimos com o Mapa do Jornalismo Independente - Agência Pública (apublica.org)> Acesso em: 27 de ago. 2021.